

Instrumentos de Gestão Escolar



Governador do Estado do Ceará

Lúcio Gonçalo de Alcântara

Vice-Governador do Estado

Francisco de Queiroz Maia Júnior

Secretária da Educação Básica

Sofia Lerche Vieira

Presidente do Conselho de Educação do Ceará

Guaraciara Barros Leal

Conselheiros de Educação

Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira

Antônio Colaço Martins

Edgar Linhares Lima

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Francisco de Assis Mendes Góes

Francisco Olavo Silva Colares

Jorgelito Cals de Oliveira

José Carlos Parente de Oliveira

José Reinaldo Teixeira

Lindalva Pereira Carmo

Luiza de Teodoro Vieira

Pe. Manoel Lemos Amorim

Marta Cordeiro Fernandes Vieira

Meirecele Calópe Leitino

Regina Maria Holanda Amorim

Roberto Sérgio Farias de Souza

Viliberto Cavalcante Porto

Edições SEDUC

Coordenação Editorial

Eloísa Maia Vidal

Capa e Projeto Gráfico

Roberto Santos

Editoração Eletrônica

Edições Bagaço

Revisão

Elenita Maciel

Fernanda Caldas

Catálogo na Fonte

BPEP

Este projeto conta com o apoio do acordo de empréstimo N° 4591/BR do Banco Mundial

C387m

Ceará. Secretaria da Educação Básica

Instrumentos de Gestão Escolar / Secretaria da Educação Básica do Ceará

– Fortaleza: SEDUC, 2006

64p.

ISBN - 85-373-0048-9

1. EDUCAÇÃO – CEARÁ – MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS GERENCIAIS DA ESCOLA. 2. PROJETO PEDAGÓGICO. 3. REGIMENTO ESCOLAR. 4. PLANO DE TRABALHO ANUAL ESCOLAR (PTAE). I. Título

CDU 37

CDD 370

Todos os direitos desta edição são reservados à Secretaria da Educação Básica.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gen. Afonso Albuquerque s/n, Cambéa

60.819900 Fortaleza Ceará Brasil

www.seduc.ce.gov.br

Se o futuro é gestado no momento em que vivemos, nosso desafio está em organizar a sua construção da maneira como o desejamos e como julgamos necessário que ele seja. Começamos a escola do futuro no presente, nas escolas que temos.

Quando se projeta, tem-se sempre em mente um ideal. Confunde-se, às vezes, inadequadamente, o ideal com algo irrealizável, que se classifica de utópico. O ideal é sim utópico, mas é preciso recuperar o sentido autêntico de utopia, que significa, na verdade, não algo impossível de ser realizado, mas algo ainda não realizado.

Construir o possível significa explorar os limites, para reduzi-los, e as alternativas de ação, para ampliá-las.

Terezinha Azerêdo Rios

Sumário

Apresentação	7
1 Introdução	11
2 Instrumentos de gestão das instituições de educação básica ...	12
3 Projeto Pedagógico (PP)	13
3.1 O que é o Projeto Pedagógico?	13
3.2 A Construção do Projeto Pedagógico	14
1º passo: Diagnóstico	14
2º passo: Justificativa das ações propostas	18
3º passo: Referencial teórico	19
4º passo: Definição da proposta curricular	
– o fio condutor	23
5º passo: Definição de objetivos e metas	25
6º passo: Organização e desenvolvimento curricular	26
7º passo: Definição de estratégias de Gestão Escolar	27
8º passo: Processo de avaliação	29
4 Regimento Escolar	30
4.1 Organização e elaboração do Regimento Escolar	30
5 Plano de Trabalho Anual Escolar (PTAE)	44
5.1 O que é a Justificativa	44
5.2 O que são objetivos estratégicos	45
5.3 O que são as metas	45
5.4 O que é a operacionalização do Plano	45
5.5 Estratégias de Acompanhamento e Controle do PTAE	48
Referências Bibliográficas	49
Anexo Resolução N° 395/2005	53

Apresentação

O Conselho de Educação do Ceará pretende, com este Manual, contribuir com todos os educadores, servidores, alunos, familiares que fazem a comunidade escolar cearense e que têm a responsabilidade de elaborar o projeto pedagógico que dará cara, rumo e ritmo ao processo educativo.

O Manual traz orientação para que a escola se organize para conceber seu Projeto Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Trabalho Escolar Anual. Para se fazer legítimo, os documentos deverão ser elaborados coletivamente, a partir de discussões amplas e democráticas. Tal condução possibilitará que o conjunto de pessoas que faz a escola, tendo clareza de suas potencialidades e limites, saiba de onde partir, como atuar e onde chegar na sua ação pedagógica, tendo como norte a busca de uma nova sociedade formada por homens e mulheres felizes e capazes de transformarem a realidade. Uma utopia? Pode ser, mas creio ser possível. Essa crença sustenta o meu ânimo e o faz renovado sempre.

Vivemos hoje uma verdadeira crise de valores. Confunde-se no cotidiano aquilo que compreendemos como sendo certo ou errado. Os maus exemplos dados por homens e mulheres públicas e também por pessoas comuns, agredem-nos e surpreendem. Indignam-nos. Enfrentar essa realidade exige que a escola trabalhe, no dia-a-dia, princípios éticos e morais que modifiquem a conduta das pessoas, sejam elas professores, servidores, alunos, familiares ou comunitários na relação com a vida, com o planeta e com as outras pessoas. O Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar, para cumprir sua função, devem ser elaborados visando a enfrentar o desafio de pensar uma nova humanidade.

Há na concepção deste Manual a certeza de que a escola deverá se articular com todos os seus integrantes e mobilizar outros atores para elaborar seus instrumentos de gestão. Entendemos que somente assim, será possível que o conjunto de pessoas que fazem a instituição, deles se aproprie e os executem com vontade, responsabilidade e compromisso. Ou esses instrumentos se constituem como desafio de todos e de cada um, ou apenas cumprirão formalidades burocráticas e, nesse caso, sem qualquer valor educativo.

A participação é premissa para tornar a escola viva e de todos. A educação é um bem público e assim precisa ser entendida. Mesmo a escola privada que em sua essência tem dono, não poderá estar dis-

tante do interesse coletivo e do bem comum. Daí nossa insistência quanto à construção coletiva dos instrumentos de gestão.

Pretendemos contribuir com o fortalecimento das ações educativas desenvolvidas no âmbito de cada unidade escolar, favorecendo a integração entre escola, família e comunidade na busca diária de uma escola melhor, na perspectiva de uma sociedade justa composta por pessoas mais felizes.

Este Manual é um instrumento norteador e também provocador. Não pretende estabelecer modelos rígidos que engessem a escola ou as secretarias municipais, inibindo sua criatividade e ferindo sua autonomia. As considerações e sugestões feitas devem ser entendidas como contribuições para enriquecer o debate e com o processo de elaboração dos documentos.

Traz ainda formulários que poderão, ou não, serem adotados pela escola, o que importa é a essência pedagógica contida no trabalho e a metodologia adotada para sua elaboração.

Falar de Projeto Pedagógico, de Regimento Escolar e Plano de Trabalho Anual Escolar já não se constitui novidade. Todos nós sabemos da importância e necessidade desses documentos. Muitas escolas já os elaboraram e tantas outras os executam. No entanto, a maioria das pessoas que fazem as instituições de ensino, espalhadas pelos mais diversos recantos do Ceará, revela grande dificuldade em formulá-los, implementá-los e avaliá-los. Bem concebidos, os instrumentos de gestão poderão melhorar as relações entre as pessoas, democratizar as decisões, elevar os padrões de ensino e de aprendizagem, propor o novo, e, por fim, melhorar a escola.

Se quisermos, de fato, fazer uma escola onde todos se responsabilizem pela melhoria dos resultados educacionais, será necessário que os educadores reflitam sobre sua prática pedagógica para renová-la.

O assunto exige leitura. A bibliografia indicada contribuirá para aprofundar estudos, ampliar horizontes, iluminar idéias, confirmar, ou rever convicções.

A vontade de fazer melhor está, ou não, em nós.

Uma escola que se conhece e ousa no sentido de construir sua própria caminhada, que agrega valores, junta e respeita pessoas, que reconhece direitos, sabe dos seus deveres, compromete-se com o ensinar e o aprender, certamente terá muito mais chances de sucesso.

A experiência e o conhecimento da realidade educacional cearense nos diz que muitas escolas, sejam elas públicas ou privadas, localizadas em municípios com baixa arrecadação, ou nas periferias urbanas, as multisseriadas, as nucleadas, as comunitárias, poderão sentir maiores dificuldades em elaborar seus instrumentos de gestão à luz deste Manual. A grande maioria delas ressentem-se de pessoas habilitadas e de canais de informação para atualização. Que elaborem seus documentos dentro do possível. O importante é que sejam legitimados pela participação de todos e que definam rumos e ritmos do

trabalho escolar. O diferencial estará na forma de defini-los. É fundamental que os documentos de gestão sejam elaborados com objetividade para que sejam de fácil leitura, compreensão e execução, portanto, mais acessíveis ao domínio de todos que fazem a escola. E lembre-se de que a qualidade não está na complexidade. Este Manual, repito, é um norteador e provocador da discussão, e não condutor.

Seja você um animador desse processo. Se cada um de nós assumirmos como seu esse desafio, certamente conseguiremos ter a escola que a sociedade exige e que nossos alunos têm direito.

Este documento chega às suas mãos numa publicação financiada pela Secretaria da Educação Básica.

Guaraciara Barros Leal
Presidente do CEC

1 Introdução

A Lei Nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) inova introduzindo em seu texto a expressão “proposta pedagógica” como instrumento de gestão escolar. O artigo 12 da lei estabelece que **os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica.**

Talvez, até propositadamente, para demonstrar sua importância e prioridade, esse dispositivo encabeça uma lista de sete incisos, determinando no inciso VII, que as escolas devem **informar os pais (...) sobre a execução de sua proposta pedagógica.**

Os artigos 13 (Inciso I) e 14 (Incisos I e II) estabelecem que esse projeto é uma tarefa coletiva da qual devem colaborar professores, outros profissionais da educação e a comunidade escolar. Junto a esse dispositivo, o seu artigo 15 indica o princípio da autonomia da escola. Até então, a autonomia era tratada como uma palavra “sagrada”, aquela em relação a qual ninguém tinha a ousadia de afrontar, mas transformar em mero *slogan*, como demonstrou o Conselheiro José Mário Pires Azanha.

Desde o *Manifesto dos Pioneiros* até a Lei Nº 5.692/71 a palavra autonomia foi utilizada, embora escassamente, mas não teve em nenhum momento, **um significado que fosse mobilizador do magistério e indicativo de uma direção na solução de problemas educacionais (Azanha, 1995).**

Apesar de a “autonomia” ser proclamada no plano das intenções, as iniciativas nesse sentido eram comumente cerceadas pelas mais diversas razões. Mas a partir da Lei Nº 9394/96 a ação da escola iniciava-se com a elaboração da sua proposta pedagógica. É ela que norteará o cotidiano escolar.

Convém retomar as idéias do Conselheiro José Mário Pires Azanha que reforça o espírito da LDB, entendendo que o termo “proposta” tem o mesmo significado de “projeto”. Reafirma-se, portanto com base no princípio do **pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas** a necessidade de que cada escola elabore e execute o seu próprio projeto pedagógico, respeitadas as suas especificidades e interesses, exercendo a sua autonomia com responsabilidade.

A relevância desse princípio está justamente no fato de que ele é a tradução, no nível escolar, do próprio fundamento da convivência democrática que é a aceitação das diferenças.

2 Instrumentos de gestão das instituições de educação básica

O sonho fecunda a realidade

(Michel Godet)

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Escolar caracteriza o momento em que a instituição de ensino, através de seus integrantes, pensa-se enquanto “casa de educação”, e reflete sobre questões essenciais que darão cor e rumo ao projeto. Essas questões são amplamente difundidas nas falas e discursos, e na prática, permanecem na pauta das discussões pela importância que têm no processo de tomada de decisões. Algumas delas devem constituir a base sobre a qual se fundamenta o projeto da escola, quais sejam:

- a) Que tipo de escola queremos?
- b) Que tipo de sociedade queremos ajudar a construir?
- c) Que formação consideramos ideal para nossos alunos?
- d) Qual o papel da escola na comunidade a que serve?
- e) Qual o papel da comunidade na escola?

A escola é feita por pessoas que pensam e que agem. Nesse sentido, é igualmente importante uma auto-avaliação. Algumas questões devem nortear as reflexões, entre elas:

- a) Quais as minhas atitudes como profissional dessa escola em relação à convivência que tenho com os alunos?
- b) Como penso que deve ser uma escola?
- c) Como são as minhas relações com os demais profissionais da escola, alunos e familiares?
- d) Quais as contribuições efetivas que posso oferecer para a elaboração dos instrumentos de gestão da escola?
- e) Qual o papel de cada profissional na elaboração dos instrumentos de gestão da escola? Dos alunos? Dos familiares?
- f) Que espaço, efetivamente, será permitido aos alunos na elaboração do projeto?

É importante não perder de vista o entendimento de que não basta elaborar os instrumentos de gestão. Eles terão força e sentido se realizados coletivamente, tendo sempre como perspectiva um cotidiano pedagógico voltado para a qualidade da sua ação educativa.

A participação dos representantes da direção, dos professores, do pessoal de apoio à docência, dos demais servidores, dos alunos e seus familiares, contribuirá para que se aprofunde a compreensão de “pertença”, sentimento e convicção de que a escola pertence a cada um dos seus integrantes e por eles deve ser cuidada e zelada como um bem comum, buscando cotidianamente o sucesso escolar.

O grande papel da direção da escola será sempre o de articulador e de coordenador do processo, ou seja, **pensar com..., decidir com...,**



Atenção!

Os instrumentos de gestão, além de fruto do trabalho coletivo daqueles que fazem a escola, devem ser, de fato, norteadores de um cotidiano voltado para a qualidade da ação educativo-escolar.

fazer com..., avaliar com.... À direção caberá sempre dividir responsabilidades, delegar competências, monitorar processos e resultados, animar crenças e convicções, estimular a permanente atualização dos professores, especialistas e servidores, valorizar as pessoas.

O entendimento de pertencer a um grupo e por ele sentir-se responsável nasce no processo de tomada de decisões relativas à vida do grupo. Se as decisões são coletivas há mais espaço para fluir a co-responsabilidade. Portanto, democratizar as decisões sobre o que planejar e propor para a escola são, além de oportuno, inteligente. Tal sabedoria se traduz, acima de tudo, em fazer prevalecer o interesse coletivo sobre o individual.

Assim, o desenvolvimento competente das aprendizagens planejadas, que constitui a essência da função social da escola, será o eixo de toda a comunidade escolar e o elo de união do esforço de todos.

Em qualquer circunstância, o que se espera é que a escola reorganize-se com base em uma nova concepção de conhecimento, operando com teorias de aprendizagem e formas de organização do ensino que superem as práticas pedagógicas tradicionalmente centradas na memorização e na reprodução de informações, ou no treinamento para 'saber fazer', já que a demanda, que hoje se coloca, é pela formação de cidadãos pensantes e criativos (Anna Rosa F. Santiago).

3 Projeto Pedagógico

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia-a-dia, apreendendo as forças que a impulsionam ou que a retêm, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar, analisando a dinâmica de cada sujeito nesse complexo internacional (Marli Eliza de André)

3.1 O que é o Projeto Pedagógico?

O Projeto Pedagógico ou Proposta Pedagógica é o produto de uma ação planejada coletivamente pela comunidade escolar, que define o rumo, o ritmo, a intenção pedagógica da escola e os processos que utilizará para alcançar essa intenção. É um projeto para uma geração, portanto de longo prazo. Nesta perspectiva, o Projeto Pedagógico é

... uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político (...) É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. É pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as característi-

cas necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, 1995).

Para Saviani (1993), **a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.** Vê-se, por conseguinte, que o político e pedagógico têm uma significação indissociável. Quando se explicita que o Projeto é político-pedagógico deixa-se claro esse entendimento: a escola tem uma função pedagógica que cumpre sua intenção política de contribuir para a formação de homens e mulheres, comprometidos com um determinado tipo de sociedade.

Pode-se, por fim, afirmar que:

O Projeto Pedagógico (PP) é o conjunto de concepções pedagógicas que a escola adota a explicitação da sua função social e a clara definição de procedimentos didático-metodológicos que serão desenvolvidos por todos os envolvidos com o processo educativo. É o projeto fundante da escola; afirma sua razão de ser, conferindo-lhe identidade institucional. Seu foco básico é o processo de ensino e aprendizagem (Carmo, 2003).

3.2 A Construção do Projeto Pedagógico

A construção ou elaboração do Projeto Pedagógico de uma escola envolve um conjunto de etapas, todas necessárias e importantes. A seguir, detalharemos cada uma dessas etapas, através de passos, que cada escola poderá percorrer.

1º passo – Diagnóstico

Para elaborar o Projeto Pedagógico será necessário que se faça a identificação da instituição de ensino, especificando sua oferta e matrícula. Essa primeira parte do projeto representa um breve diagnóstico da situação educacional e pedagógica da escola, sem esquecer a realidade da comunidade onde se insere a escola.

A seguir algumas sugestões de formulários que condensarão as informações do diagnóstico.



Importante!

Há hoje a compreensão de que escola deve ser inclusiva, ou seja, uma escola que inclui a todos os alunos. Nesse sentido, não se concebe a exclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, nas turmas regulares.

Ao realizar uma escola inclusiva, favorece-se o atendimento do direito cidadão dos alunos que são diferentes, mas que não são desiguais, possibilitando-lhes uma vivência integrada, mais rica e favorável ao seu desenvolvimento pessoal e social.

1. Identificação da Escola										
1.1 Nome da Escola:										
1.2 Dependência Administrativa: (marcar com X) () Estadual () Municipal () Particular										
1.3 Endereço:										
1.3.1. Zona: (marcar com X) () Urbana () Rural () Periferia Urbana										
1.4 Níveis e Modalidades de Ensino: (marcar com X)										
Níveis						Modalidades				
Educação Infantil: () Creche () Pré-escola						Educação Especial(*): () Creche () Pré-escola () da 1ª. à 4ª. () da 5ª. à 8ª. () E. Médio () EJA				
Ensino Fundamental () da 1ª à 4ª série () da 5ª à 8ª série						Educação de Jovens e Adultos: () da 1ª à 4ª () da 5ª à 8ª () médio				
Ensino Médio () Regular () Integrado () Subseqüente						Educação Profissional () Formação inicial () Técnico () Normal				
						Educação a Distância - nível médio ()				
2. Matrícula – Ano _____ (por turno, nível e modalidade de ensino)										
T u r n o	Educação Infantil						Ensino Fundamental			
	Creche			Pré-escola			da 1ª à 4ª			
	Total	Regular	Especial	Total	Regular	Especial	Total	Regular	Especial	EJA
M										
T										
N										
T o t a l										
T u r n o	Ensino Fundamental da 5ª à 8ª				Ensino Médio					
	Total	Regular	Especial	EJA	Total	Regular	Especial	EJA	Ed. Profissional Curso:.....	
M										
T										
N										
T o t a l										
Matrícula Geral:										

(*) Indicar se o atendimento de Educação Especial será inclusiva ou específica, conforme a natureza do diagnóstico.

**Fique de olho!**

Para se ter a compreensão da situação educacional da escola, faz-se necessário uma visão do comportamento das taxas de sucesso, insucesso e evasão dos alunos e ainda, da relação idade série. Somente assim, o conjunto de educadores, alunos e familiares poderão propor metas e ações corretivas na busca da melhoria da qualidade.

Os itens **1. Identificação da escola** e **2. Matrícula** devem ser os primeiros a serem preenchidos, pois neles serão colocadas as informações imprescindíveis para caracterização do estabelecimento escolar.

No item **3. Produtividade da escola** deverá ser feita análise sucinta dos resultados que vêm sendo alcançados (aprovação, reprovação, abandono/evasão, distorção série/idade), pelo menos nos últimos três anos para que se possa ter uma visão da realidade educacional, assim como propor alternativas de correção.

Destacar os maiores pontos de estrangulamento, com percentuais, por série/ciclo, área de estudo/disciplina e turno, apresentando as causas mais importantes desse resultado na visão dos que fazem a escola: direção, professores, outros servidores, alunos, famílias.

Para facilitar a análise dos dados, deverá ser solicitada à secretaria escolar a organização de tabelas com os dados coletados ao longo de cada ano, por turno, disciplina, série ou ciclo.

Os dados deverão ser analisados por representantes dos diferentes segmentos da escola, principalmente professores e servidores de apoio à docência, com vistas à sua interpretação e discussão das possíveis causas dos sucessos e insucessos alcançados.

Nessa análise, serão consideradas, principalmente, as relacionadas com a ação curricular e com o desempenho do professor e do aluno, como por exemplo: problemas porventura existentes relacionados com o planejamento de ensino, com o desenvolvimento dos Referenciais Curriculares Básicos (RCB) ou Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com atenção ao tratamento didático dos conteúdos curriculares, e ressaltando: tipo de aulas ministradas; tratamento dispensado às diferenças individuais, aos alunos com dificuldades de aprendizagem; ação pedagógica relacionada com as questões de natureza disciplinar; dificuldades para atender aos interesses, às expectativas e às maiores necessidades dos alunos; processo de avaliação; expectativas do professor em relação aos alunos; relações interpessoais na escola (professor/aluno, aluno/aluno, direção/professor/aluno, professor/professor, direção/professor/famílias...); outros problemas referentes ao material didático, à formação continuada dos professores e demais servidores; participação dos pais no acompanhamento dos filhos ou dependentes; compreensão das famílias sobre o PP da escola.

3. Produtividade da Escola:

Rendimento Escolar: (Taxas de aprovação, nos últimos três anos, destacando os melhores índices por turno, série/ciclo, disciplina)

(Taxas de reprovação, nos últimos três anos, destacando os maiores índices por turno, série/ciclo, disciplina)

(Taxas de abandono/evasão, nos últimos três anos, destacando os maiores índices por turno, série/ciclo, disciplina)

(Taxas da distorção série/idade, nos últimos três anos, destacando os maiores índices por turno e série/ciclo)

Causas mais importantes do resultado obtido (na visão dos que fazem a escola: direção, professores, outros servidores, alunos, famílias, com destaque para aquelas que se relacionam com a ação curricular).

Conhecer o patrimônio histórico arquitetônico, cultural e ambiental da comunidade permitirá que se proponham ações que busquem a preservação do patrimônio edificado, o cuidado com o meio ambiente, evitando sua degradação, o reconhecimento e divulgação das pessoas e bens culturais daquela localidade.

Saber se na comunidade há crianças e adolescentes em situação de risco social, sejam alunos, ou não, possibilitará que a escola busque alternativas para proteger essas pessoas, executando projetos voltados para a superação dessa problemática.

Entre as questões a serem levantadas recomenda-se o conhecimento sobre o adolescente e sua sexualidade; a gravidez na adolescência, o índice de violência na comunidade; o índice de analfabetismo de jovens e adultos; o índice de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais e tipos de atendimento; o uso indevido de drogas, entre outros.

É igualmente importante conhecer as potencialidades da comunidade: **o que tem de melhor que pode ajudar no seu desenvolvimento como sistema de transportes, meios de comunicação, saneamento básico, lideranças envolvidas com trabalhos sociais, associações atuantes, espaços artístico-culturais e de lazer, pessoas e grupos artísticos, religiosidade.**

Recomenda-se que essa caracterização da comunidade do entorno da escola resulte de pesquisa feita pelos alunos com a orientação dos professores de disciplina e temas transversais que tenham afinidade com o trabalho. Essa é sempre uma preocupação mais próxima da escola pública, já que seus alunos são, em grande maioria, da própria comunidade onde se insere a escola. Muitas escolas privadas, principalmente as de médio e grande porte, trabalham com alunos provenientes de vários bairros, o que a distancia da comunidade.



Atenção!

É importante que o conjunto dos educadores conheça a realidade da comunidade onde se localiza a escola para que possa propor ações que aproximem a escola da comunidade e a comunidade da escola. Nesse sentido, é oportuno que se conheça o perfil dos moradores do bairro, assim como de onde vêm os alunos.

2º passo: Justificativa das ações propostas

A justificativa representa a parte inicial do Projeto Pedagógico. Enfocará a situação educacional da escola levantada no diagnóstico e indicará as razões que justificam as ações e metas que serão propostas. Na justificativa é importante ressaltar a realidade da escola, fazendo breve análise de sua situação pedagógica, assim como da comunidade onde se localiza, considerando suas dificuldades e potencialidades.

Ao finalizar a justificativa, apresentar, em linhas gerais, o que a escola pretende realizar para **aproximar o real** (diagnóstico) **do ideal** (concepções norteadoras e melhoria dos índices de aproveitamento escolar e da qualidade da aprendizagem). Destacar na justificativa **como a escola buscará superar os desafios detectados**.

Filosofia e Educação

Os pressupostos filosóficos mais conhecidos no campo educacional são:

Positivista: apresenta a visão de que a dinâmica histórica tem um funcionamento sistêmico, regido por leis absolutas e imutáveis. O positivismo admite como fonte única de conhecimento e critério de verdade, a experiência, os fatos positivos, os dados sensíveis.

Funcionalista/Reprodutivista: nessa concepção, “a sociedade é um organismo composto de partes que se interligam para um funcionamento harmonioso”; o objetivo é “manter as partes funcionando ‘normalmente’, evitando todo conflito que ponha em risco o todo funcional. A educação é uma prática de adaptação ao sistema” (Gadotti, 1997).

Crítica, dialética, emancipadora: nessa teoria, que significa o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, “a questão central é a formação do homem enquanto ser político; é a libertação histórica, concreta do homem contemporâneo. A educação não tem a finalidade de ‘curar’ as partes ‘defeituosas’, readaptando-as para o seu funcionamento normal, mas tenta mostrá-la no conjunto da sociedade da qual o sistema educacional faz parte” (Gadotti, 1997). A educação, nessa concepção, visa à formação de pessoas críticas dessa realidade, que buscam transformá-la.

3º passo: Referencial Teórico

O Referencial Teórico é a apresentação das concepções que norteiam a ação pedagógica da escola, no qual ela explicita suas intenções sobre o tipo de sociedade que pretende ajudar a construir; o ser humano que pretende formar e transformar; suas concepções de currículo, de ensino, de aprendizagem, de avaliação. Tem base em pressupostos filosóficos. A opção feita dará “cara” à escola.

O referencial teórico que norteará a ação pedagógica estará expresso no currículo, no ensino, na aprendizagem e nos processos avaliativos. A opção pela linha de currículo será, obrigatoriamente, coerente com o referencial de educação escolhido. Não se concebe uma escola positivista adotando um currículo crítico, assim como não se concebe um currículo crítico com ensino condutivista.

A escolha feita deverá recair sobre aquela concepção que possibilite a aproximação da escola real (a que temos) com a escola ideal (a que queremos).

Concepções de Currículo

Muitas as concepções de currículo permeiam as diversas tendências pedagógicas contemporâneas, no entanto, as mais conhecidas são:

Tradicional: currículo abstrato, que desenvolve saberes fragmentados, dogmáticos, pronto e acabado, desprovido de significado social, não desenvolvendo a consciência crítica do educando. Nesta concepção de currículo, o ensino é simples transmissão de conhecimento.

Tecnista: currículo com ênfase excessiva no planejamento e nos elementos técnicos do processo curricular, especialmente na metodologia e nos recursos técnicos. É uma concepção curricular de natureza instrumental, voltada para a racionalização do ensino e para o uso de meios e técnicas consideradas mais eficazes.

Crítico: currículo que desenvolve saberes plurais, inacabados, contextualizados e enriquecidos com uma leitura crítico-construtiva da prática social. Articula a dimensão social e política dos conteúdos curriculares, voltando-se para a formação da consciência crítica.

Contextualizado: o conhecimento é tratado de forma integrada ao contexto sociocultural, provocando, se bem trabalhado na transposição didática, aprendizagens significativas e uma relação de reciprocidade entre o aluno e o objeto do conhecimento.

Misto de Tradicional e Crítico: currículo com ênfase na concepção tradicional, intercalando, em momentos estanques, com assuntos do contexto social que não se articulam aos demais conteúdos trabalhados. Nessa inconcebível mistura o que ocorre é uma pseudocrítica.

Concepções de Ensino

As concepções de ensino estão intimamente relacionadas com as concepções de aprendizagem, que por sua vez, associam-se com a visão de conhecimento. As mais adotadas nas escolas brasileiras são: **Condutivista:** o foco é no **ensinar**, transmitir conhecimentos. O sujeito ativo do processo é o professor e a ênfase maior é na aula expositiva.

Comportamentalista: referencia-se no behaviorismo (teorias que explicam a ocorrência da aprendizagem pelo condicionamento operante: um estímulo (S) provoca uma resposta (R) - (S à R). O ensino visa à aprendizagem que se manifesta através de **comportamentos previstos e observáveis**. O ensino proporciona o **reforço** para que o aluno encontre as “respostas consideradas corretas”.

Construtivista: o foco do ensino está no entendimento de que aprender não é copiar ou reproduzir uma realidade. O aluno é sujeito no processo de ensino e aprendizagem, sendo capaz de elaborar uma representação pessoal sobre o conteúdo objeto da aprendizagem. O ensino gera situações que levem o aluno a estabelecer relações, identificar semelhanças e diferenças, interpretar situações, analisar e organizar elementos envolvidos na situação ou no objeto, planejar intervenções na realidade, avaliar o antes e o depois... estabelecer novas relações que permitam ir mais além, tudo isto explorando ao máximo o conhecimento prévio.

Transmissivo: o conhecimento é **transmitido** de quem sabe para quem não sabe. É, também, um ensino condutivista em que se espera ser o professor uma verdadeira enciclopédia.

Concepções de Aprendizagem

Memorística: confunde-se “decorar” com aprender. A grande ênfase, portanto, está na memorização de fatos, dados, personagens, etc. Trata-se de uma aprendizagem repetitiva e mecânica. É importante, porém, salientar que uma **memorização compreensiva** tem espaço no desenvolvimento de aprendizagens significativas, quando não é apenas recordação do que foi ensinado, mas serve de base para estabelecer relações com o novo objeto do aprender.

Significativa: uma aprendizagem significativa tem conteúdo potencialmente significativo. Tem significado para o aluno, ou seja, há algum vínculo entre o seu conteúdo e os conhecimentos prévios do educando. Requer, ainda, do professor que busque desenvolver uma atitude favorável para que **o aluno aprenda significativamente**. O aspecto motivacional é muito importante para o desenvolvimento do “querer aprender significativamente”, ao invés de “querer

memorizar” tão presente na cultura escolar. A significação da aprendizagem, também, está vinculada muito diretamente com a sua funcionalidade: é preciso que os conhecimentos adquiridos (conceitos, valores, habilidades...) sejam funcionais, possam ser utilizados quando as circunstâncias exigirem. Esse tipo de aprendizagem requer intensa atividade do aluno.

Receptiva e cumulativa: nesse tipo de aprendizagem, o aluno só “recebe” e “guarda” no depósito da memória. É um ser passivo.

O assunto exige leitura. A bibliografia indicada contribuirá muito para aprofundar estudos, ampliar horizontes e iluminar idéias. Ao optar por um ou outro referencial, o grupo estará definindo o perfil de escola, de aluno e de professor que pretende trabalhar.

Referencial Teórico			
Tipo de sociedade que a escola pretende ajudar a construir: (Marcar com X)			
☐	Democrática	☐	Justa
☐	Autocrática	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)	
☐	Solidária	☐	
☐	Discriminadora	☐	
☐	Elitista	☐	
☐	Igualitária	☐	
Tipo de homem/mulher que a escola pretende formar:			
☐	Dócil/obediente	☐	Dependente
☐	Autônomo(a)	☐	Ativo/Participativo(a)
☐	Preconceituoso(a)	☐	Sujeito histórico
☐	Ético(a)	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)	
☐	Crítico-construtivo(a)	☐	
☐	Autoritário(a)	☐	
Pressupostos Filosóficos:			
De Educação			
☐	Positivista	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)	
☐	Funcionalista/Reprodutivista	☐	
☐	Histórico-crítica, dialética, emancipadora	☐	
De Currículo			
☐	Tradicional	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)	
☐	Tecnicista	☐	
☐	Crítico	☐	
☐	Contextualizado	☐	
☐	Misto de Tradicional e Crítico	☐	
De Ensino			
☐	Conduativista	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)	
☐	Comportamentalista	☐	
☐	Construtivista	☐	
☐	Transmissivo	☐	
De Aprendizagem			
☐	Memorística	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)	
☐	Significativa	☐	
☐	Receptiva e cumulativa (bancária)	☐	
☐	Construtiva	☐	

De Conhecimento		
	Contextualizado	Aberto ao acesso de outras fontes de informação
	Estanque, fechado em si	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)
	Favoreça o processo comunicativo	
	Favoreça o ato de pensar	
De Escola		
	Excludente	Competente no desenvolvimento da sua função social
	Inovadora, criativa, flexível	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)
	Conservadora	
	Inclusiva	
	Democrática no acesso e nas relações internas e externas	
Do aluno		
	Ser passivo e disciplinado	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)
De Professor(a)		
	Autoritário(a)	Construtivista
	Identificado(a) com o magistério	Integrado no contexto da escola e do mundo
	Acredita na capacidade de aprender do educando	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)
	Condutivista/Transmissivo	
	Tem o magistério como um "bico"	
De Avaliação de aprendizagem		
	Classificatória	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)
	"Pedagogia da facilidade"	
	"Pedagogia do fracasso"	
	Comprometida com a aprendizagem significativa (Emancipatória)	



É fundamental não confundir "professor autoritário" com a "autoridade do professor". Esta nasce e se sustenta na sua competência docente e no seu compromisso com a aprendizagem do aluno.

- Uma escola que cria obstáculos ao ingresso do aluno é uma escola excludente.
- Uma escola comprometida socialmente com sua população-alvo não se esconde por trás da "pedagogia da facilidade" ou da "pedagogia do fracasso": tudo faz para que o aluno aprenda, porque compreende que todos são capazes de aprender, mesmo com jeitos e ritmos diferentes; e que desenvolver as aprendizagens devidas é sua grande missão.
- A criança é, sobretudo, presente. Se seu presente é bem cuidado, bem sucedido, o futuro terá tudo para ser promissor. É preciso cuidar da criança, hoje.
- É muito importante a compreensão de que quando a LDB estabelece que a avaliação qualitativa deve predominar sobre a quantitativa, tem a concepção de que os elementos cognitivos, afetivos e psicomotores da aprendizagem **são indissociáveis**. Deve-se, por conseguinte, buscar sobrepor o qualitativo sobre o quantitativo em todos os tipos de aprendizagem: de conceitos, princípios, valores, atitudes, habilidades. A qualidade das competências desenvolvidas, sejam de que natureza for, é o que deve importar.

- A avaliação deve ter a função de **diagnosticar a aprendizagem** e não a de **classificar o aluno**: trata-se de **construir** em lugar de **sentenciar**.

4º passo: Definição da proposta curricular – o fio condutor

A Proposta Curricular constitui a essência do Projeto Pedagógico de uma escola. Abrange os pressupostos teórico-metodológicos que a norteiam que, por sua vez, devem estar em sintonia com o referencial teórico; as finalidades e objetivos educacionais da escola; as metas relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem; a organização e desenvolvimento curricular, e o processo de formação continuada dos professores e demais profissionais da escola, com o qual se buscará fortalecer o conhecimento didático indispensável à execução bem sucedida do Projeto Pedagógico.

Isso porque se entende o currículo como o conjunto das atividades da escola que afeta, direta e indiretamente, o processo de transmissão-assimilação e produção do conhecimento, com foco na concepção de homem que se quer formar e transformar e de sociedade que se pretende ajudar a construir. Assim, pode-se afirmar que “o currículo envolve um conjunto de decisões sobre o projeto formativo de homem, abrangendo valores sociais e culturais, interesses e aspirações pessoais e coletivos.” (SEDUC, RCB, 1997).

Antes, porém, de tratar dos elementos constitutivos da proposta curricular, vale um passeio, mesmo que panorâmico, pelas principais concepções de currículo que nortearam a educação brasileira. Algumas questões são básicas e definidoras de uma teoria de currículo, partindo-se sempre da seguinte indagação: **qual conhecimento ensinar?** Essa pergunta, no entanto, exige uma seguinte: o que eles ou elas (educandos) devem ser? O que devem se tornar?

O que faz a diferença de uma teoria para outra é o foco das respostas à questão primeira: tal foco está na discussão da natureza humana? Ou da natureza da aprendizagem? Ou, ainda, da natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade?

Hoje, arrolam-se três categorias de teorias de currículo: as tradicionais, as críticas e as pós-críticas.

Teorias Tradicionais: na perspectiva das correntes tradicionais, “o que ensinar” era uma questão considerada resolvida – o currículo era herdeiro das chamadas artes liberais que vinham da antiguidade clássica e tinha por objetivo, “introduzir os estudantes ao repertório das grandes obras literárias e artísticas das heranças clássicas grega e latina, incluindo o domínio das respectivas línguas” (Silva, 1999). Em razão dessa definição relativa ao conteúdo curricular, a questão, então, passava a ser o “como ensinar”, discutindo-se as melhores e mais eficientes formas de organizar o currículo.



Saiba mais!

O ensino eficaz é aquele que parte do nível de desenvolvimento do aluno, não para se acomodar a ele, mas para fazê-lo progredir.

É preciso que as opções feitas dêem consistência pedagógica à ação educativa. Isto significa que cada corrente filosófica tem seus pressupostos próprios. Quem é positivista deve sê-lo nos “fins” e nos “meios”. O mesmo para quem é funcionalista/reprodutivista ou histórico-crítico.

**Atenção!**

É necessário ter convicção da opção teórica feita. É muito importante, porém, lembrar que não adianta apenas teorizar. A prática deve corresponder à teoria. É preciso assumir o referencial teórico em que se acredita e buscar fazer o melhor. Estudar e aprofundar conhecimentos sobre as diferentes teorias são sempre atitudes necessárias e demonstram compromisso profissional.

Teorias Críticas: no contexto das teorias críticas, questiona-se esse foco e as indagações passam a ser outras: por que este conhecimento integra o currículo e não outro? Por que alguns conhecimentos são considerados válidos e não outros? Que interesses e relações de poder contribuem para a inclusão desses conhecimentos e a exclusão de outros?

Teorias Pós-críticas: para as teorias pós-críticas, as questões levantadas pelo grupo das teorias críticas continuam. Poder e conhecimento, no entanto, não se opõem; são interdependentes. Abre-se espaço, então, para um currículo multiculturalista, ora visto numa perspectiva liberal ou humanista com base nas idéias da tolerância, respeito e convivência harmoniosa; ora, numa perspectiva mais crítica, em que prevalece a compreensão de que as diferenças estão sendo constantemente produzidas e reproduzidas pelas relações de poder. Assim, não basta que se ensine a tolerância e o respeito, por mais que isto seja importante. É necessário insistir na análise dos processos pelos quais as diferenças são produzidas.

Propõe-se que esse estudo seja aprofundado por quantos tenham interesse em compreender o que perpassa e vem como consequência das opções feitas pela escola. Vale a pena transcrever uma das conclusões de Silva (1999)

(...) depois das teorias crítica e pós-críticas, não podemos mais olhar para o currículo com a mesma inocência de antes. O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. (...) No currículo se forja nossa identidade (p. 150).

Proposta Curricular: Pressupostos Teórico-Metodológicos			
Teoria de Currículo norteadora (Marcar com X)			
	Tradicional		
	Crítica		
	Pós-crítica		
Referencial teórico-metodológico da ação curricular (Marcar com X)			
	Planejamento Coletivo		
	Planejamento Individual		
	Integração/Interdisciplinaridade		
	Contextualização		
	Disciplinaridade		
	Flexibilidade		
	Diversidade e pluralidade		
	Pedagogia de Projetos		
Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)			
Valores			
	Solidariedade		Justiça
	Cooperação		Honestidade
	Respeito mútuo	Outros (listar nas linhas abaixo, se for o caso)	
	Obediência		
	Individualismo		
Objetivos Educacionais da Escola			

5º passo: Definição de objetivos e metas

Os objetivos educacionais deixarão claros o que a escola pretende alcançar com o desenvolvimento da ação pedagógica em termos de permanência, sucesso escolar e formação cidadã.

A definição dos objetivos educacionais é responsabilidade dos que fazem a escola. Devem refletir as intenções educativas da unidade escolar e serem definidos coletivamente. Devem traduzir competências e habilidades mais amplas que os alunos deverão ter alcançado ao final de cada nível de ensino. São capacidades de natureza cognitiva, afetiva, ética, estética, social, religiosa.

Definir as metas que serão alcançadas por períodos, relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem e as estratégias para cumpri-las.

As metas expressam-se em números absolutos ou relativos (percentuais) e têm um horizonte temporal (prazo) para que sejam alcançadas. Elas devem ter como referência os objetivos definidos, e estabelecem parâmetros quantitativos precisos que, ao serem avaliados, asseguram concretamente se foram ou não conseguidos, ou em que nível o foram.

O Projeto Pedagógico deve conter metas referentes ao que será buscado no que diz respeito à redução da evasão/abandono e da reprovação, à correção da distorção idade/série, ao processo de formação continuada dos professores e demais profissionais da escola, à ampliação do acervo da biblioteca e à melhoria das condições materiais de apoio ao ensino e à aprendizagem.

Vejamos alguns exemplos de metas:

- Redução da reprovação escolar geral em, no mínimo, 5% (cinco por cento) em cada ano.
- Redução dos índices de reprovação em Língua Portuguesa e Matemática, em quatro anos, a 20% (vinte por cento) dos índices atuais.

Obs.: Se no ano em que o Projeto Pedagógico foi elaborado, o índice de reprovação em Matemática era de 30% (trinta por cento), a meta acima está significando que, transcorridos quatro anos, esse índice deve ficar em apenas 6% (seis por cento).

- Aquisição anual de 100 livros para ampliação do acervo da biblioteca escolar.
- Implantação de um laboratório de informática com 20 computadores e 1 impressora, no prazo de dois anos.
- Desenvolvimento de um processo de formação continuada que envolva, em quatro anos, 100% (cem por cento) dos professores de Língua Portuguesa do ensino fundamental.
- Implementação de um processo de formação em serviço, sistemático e continuado para, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do pessoal administrativo da escola.

6º passo: Organização e desenvolvimento curricular

Nível/Modalidade de Ensino				
	Educação Infantil () Creche () Pré-escola	Ensino Fundamental (da 1ª à 4ª)	Educação Especial (da 1ª à 4ª)	Ensino Médio (Ed. Especial)
		Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)	Educação Especial (da 5ª à 8ª)	Educação Profissional:
	Educação Especial () Creche () Pré-escola	Educação de Jovens e Adultos (da 1ª à 4ª)	Ensino Médio (Ed. Geral)	Curso:
		Educação de Jovens e Adultos (da 5ª à 8ª)	Ensino Médio (EJA)	
Área de Estudo / Disciplina				
Ciclo / Série:				

Objetivos Específicos (por área de estudo/disciplina)	Ementas das disciplinas	Procedimentos Didáticos Básicos ou Estratégias
Os objetivos específicos deverão estabelecer de forma clara os resultados de aprendizagem que a escola pretende atingir em cada área de conhecimento ou disciplina. Ex. Ao concluir a 4ª série, o aluno deverá ler e compreender o que lê.	A ementa da disciplina será a síntese dos conteúdos básicos que serão desenvolvidos em cada disciplina, por série/ciclo.	Os procedimentos didáticos básicos esclarecerão sobre como serão trabalhados os conteúdos das áreas de conhecimento ou disciplinas. Exemplos: em Língua Portuguesa: roda de leitura, produção de textos, contação de histórias etc; em Matemática: representação, leitura, escrita, composição, decomposição, comparação, ordenação de números naturais, análise, interpretação e resolução de situações-problema com operações fundamentais etc.
Procedimentos Básicos de Avaliação		
<p>Explicitar os procedimentos de avaliação que são considerados fundamentais para diagnosticar a aprendizagem.</p> <p>Informar o que avaliar nesse item deve-se avaliar a aprendizagem do aluno no conteúdo trabalhado; como avaliar indicar os mecanismos a serem utilizados, tais como: observações, trabalhos individuais e em grupo, auto-avaliação, provas; quando será avaliado: permanentemente, ao final de cada conteúdo, ao final do mês; quem avalia se o professor, um colega, um grupo de alunos, o próprio aluno.</p> <p>O processo avaliativo será coerente com a concepção pedagógica adotada. Nesse sentido deve-se indicar se a avaliação será contínua e cumulativa, se haverá prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.</p> <p style="text-align: center;">Fique atento!</p> <p>Os procedimentos de avaliação deverão estar coerentes com o referencial teórico. Uma escola que opta por uma pedagogia conservadora, certamente adotará modelos classificatórios e não emancipatórios.</p>		

7º passo: Definição de estratégias de Gestão Escolar

Dentre as estratégias de gestão escolar, algumas sobressaem no que diz respeito à importância da sua operacionalização para a eficiente execução do Projeto Pedagógico. Assim, devem integrá-lo por serem procedimentos de natureza administrativa, cujo desenvolvimento tem repercussão significativa na ação pedagógica da escola.

Nesse caso, merecem destaque: a realização da matrícula; a organização das turmas; a elaboração do calendário escolar, pensando criativa e pedagogicamente o uso do tempo; a elaboração do plano de ação da biblioteca escolar, do funcionamento dos organismos colegiados e da integração escola-família-comunidade; a gestão de pessoas, recursos materiais e financeiros.

¹ Relacionar os materiais e equipamentos existentes na Biblioteca e especificar o acervo bibliográfico por área de estudo, quantificando os exemplares. Anexar essa relação a este Plano.

Estratégias de Gestão Administrativo-Pedagógicas	
Processo de Matrícula	
Preparação e execução da matrícula:	
Atividades	Responsável
<p>O momento da matrícula é o de acolhimento dos alunos. É o primeiro contato do aluno e dos seus familiares com a escola. É a oportunidade para conhecer a escola, seus objetivos e intenções.</p> <p>Para a realização da matrícula são necessários alguns cuidados e providências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer o número de vagas por série/ciclo, assegurando as vagas dos possíveis alunos repetentes. • Verificar o número de salas, carteiras e de professores para dimensionar o total de turmas a serem abertas. • Divulgar o calendário de matrícula com número de vagas para os novatos, por turno. • Providenciar o material necessário para a matrícula, inclusive cópia do PP e do Regimento para conhecimento das famílias. • Proceder à matrícula e arquivar os documentos escolares. 	<p>Educadores da escola</p> <p>Direção e secretário escolar</p> <p>Direção e secretário escolar</p> <p>Secretário escolar</p> <p>Direção e secretário escolar</p> <p>Secretário escolar</p>
Organização das Turmas	
<p>Número de alunos por turma; informar se a organização das turmas far-se-á por idade, ou se por faixa de idade. Exemplo 1ª série alunos com 6 anos, ou alunos com 6 e 7 anos; se por faixa etárias que guardem afinidades próprias do período de desenvolvimento que estão vivenciando; se pelo nível de conhecimento dos alunos; se haverá a inclusão de alunos com necessidades especiais e quantos por turma.</p>	
Calendário Escolar	
<p>Organizar o calendário escolar, cumprindo o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas anuais. Lembrando que atividade letiva implica em trabalho pedagógico que envolve professor e aluno. Indicar, além dos dias letivos, os dias de estudo e planejamento, os feriados, as datas comemorativas, os momentos de capacitação, as reuniões com familiares.</p> <p>Fixar as datas para as reuniões dos organismos colegiados; grêmio, conselho escolar, congregação de professores, as assembléias gerais.</p> <p>Marcar os encontros relativos à integração escola/família/comunidade</p> <p>Prever as atividades relativas à vivência cívico-artístico-cultural</p>	
Funcionamento da Biblioteca Escolar: Plano de Ação	
<p>Objetivos:</p> <p>Aprender e ensinar exige leitura. Por isso, fala-se muito em formar o <i>aluno leitor</i>. No entanto, não se pode pensar em aluno leitor se o professor não desenvolver em si o hábito e o gosto pela leitura. Há, portanto, absoluta necessidade de que todas as escolas empenhem-se no desenvolvimento do gosto pela leitura, como forma de que sejam superados os baixos índices de leitura e escrita da comunidade estudantil. É fundamental fazer da biblioteca escolar um poderoso veículo para a superação desse desafio.</p>	

Organização do Atendimento

Organizar o atendimento por grupos de alunos com o acompanhamento do professor, ou não.

Procedimentos para melhoria das condições de funcionamento da biblioteca e contínua atualização do acervo bibliográfico (previsão).

Demandas por Formação Continuada dos Professores e dos demais Profissionais da escola

Indicar as maiores necessidades para melhorar o desempenho de educadores e demais servidores da escola. Nesse item pode-se propor a capacitação para os organismos colegiados e também para os familiares.

8º passo: Processo de avaliação

A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser realizada sistematicamente, e como na sua elaboração, envolvendo o coletivo dos profissionais, dos alunos e suas famílias, sob a coordenação da Direção da escola.

Nessa avaliação, devem ser considerados se:

- Os objetivos educacionais estão sendo atingidos e com que qualidade.
- As estratégias básicas de atuação da escola estão sendo implementadas com a eficiência e eficácia desejadas.
- O nível de satisfação da comunidade escolar é favorável.

Para tanto, deverá utilizar procedimentos diversos que envolvam os diferentes segmentos da escola (profissionais, alunos e familiares).

Avaliação do PP		
1.1. O que será avaliado		
1.2. Procedimentos básicos de Avaliação		
O que realizar	Quando	Quem

**Atenção!**

Na sua elaboração do Regimento Escolar devem ser observadas regras que estão contidas na legislação. É fundamental estudá-la para não ferir os princípios que regem a educação nacional.

Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 (LDB); Leis Federais específicas que tratam de aspectos do ensino e da aprendizagem, como: Lei Nº 9.475/1997, que dá nova redação ao Art. 33 da LDB; Lei Nº 10.287/2001, que altera o artigo 12 da LDB; Lei Nº 10.793/2003, que dá nova redação ao § 3º, do artigo 26, também da LDB; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Resoluções do Conselho Nacional de Educação e do Conselho de Educação do Ceará. Observe ainda o que disciplina a Resolução 395/05 do CEC, que traz o conteúdo de cada título ou capítulo mencionado.

**Fique de olho!**

Para manter-se atualizado no tocante à legislação educacional consulte os sites do Conselho Nacional de Educação – CNE (www.cne.gov.br) e do Conselho Estadual de Educação – CEC (www.cec.ce.gov.br)

4 Regimento Escolar

O Regimento Escolar (RE) é uma lei. É a lei maior da escola. É um pacto educativo que, direção, professores, pessoal de apoio à docência, outros servidores, alunos e famílias, celebram entre si. É uma lei com a função precípua de um **código de ética**.

Conforme é tratado no documento “Regimento: a cara de cada escola” elaborado por este Conselho, “é o documento legal que define a natureza e finalidade da escola bem como as normas que regulam seu funcionamento”.

É importante ressaltar que, sendo uma lei que normatiza o funcionamento de uma “casa de educação”, sua natureza é fundamentalmente pedagógica. As normas que essa lei estabelece têm, em primeiro lugar, caráter educativo.

Vale, ainda, destacar que o Regimento Escolar, ao estabelecer as normas que norteiam o funcionamento da escola, deverá fortalecer os princípios e concepções explicitadas no Projeto Pedagógico. A coerência entre esses dois instrumentos de gestão favorece a unidade da ação educativa, contribuindo com suas possibilidades de êxito.

O Regimento tem como anexos o currículo adotado pela escola, assim como a Ata de aprovação pela Congregação de Professores.

Assim como o Projeto Pedagógico, o Regimento Escolar é um instrumento gerencial vivo, exigindo para sua legitimidade a participação de todos os integrantes da comunidade escolar. Para ser entendido é importante que seja objetivo e claro e discutido com toda a comunidade escolar.

Os principais objetivos do Regimento Escolar são:

- Contribuir para o sucesso do processo educativo, desenvolvendo a compreensão de que todos são responsáveis pelos resultados da aprendizagem.
- Estabelecer normas para o funcionamento da escola e para a convivência harmônica entre as pessoas, estimulando o desejo de participação e a co-responsabilidade, sustentada na decisão coletiva.
- Disciplinar as atribuições dos profissionais que atuam na escola e organismos colegiados.

4.1 Organização e elaboração do Regimento Escolar

O Regimento será mais simples ou complexo a depender da oferta, da matrícula e da estrutura da escola. O exercício feito neste documento utiliza-se de títulos, capítulos, seções, subseções, artigos e parágrafos. Mas há modelos mais complexos que se organizam em títulos, que se desdobram em capítulos, capítulos que se desdobram em seções e subseções. O conteúdo dos capítulos, seções e subseções são apresentados sob a forma de artigos, parágrafos, incisos e alíneas.

Informações importantes!

- Os artigos serão numerados em ordinal até o 9º. A partir do artigo 10 a numeração será em cardinal.
- O parágrafo, quando for único, será escrito por extenso. Ex: parágrafo único. Quando se fizer necessário mais de um parágrafo, sua escrita far-se-á utilizando o símbolo §, como seja: § 1º, § 2º, etc.
- Todas as folhas do Regimento devem ser numeradas e rubricadas e não podem conter rasuras.

Título I

Da identificação da escola, sua natureza, finalidades e objetivos

Este título trata da identificação da instituição escolar. Afirma, de um lado, **quem é** essa instituição; de outro, **a que ela se destina**, traduzido em suas finalidades e nos níveis e modalidades de ensino que oferta.

Capítulo I

Da identificação da escola

Art. 1º - Nome da instituição, CNPJ, endereço, CEP, telefone, *fax-simile* e endereço eletrônico.

Art.2º - Ato de criação (se pública), contrato social, estatuto ou outros (se privada).

Capítulo II

Da Natureza da escola

Art. 3º - Nome da mantenedora (quem mantém a escola: se o poder público – municipal ou estadual, ou se de propriedade privada); dependência administrativa (estadual, municipal ou privada – particular, comunitária, confessional ou filantrópica), endereço, CEP; o número do Censo Escolar.

Capítulo III

Das Finalidades e dos Objetivos

Art. 4º - Finalidades e princípios da educação (consultar os artigos 2º e 3º da LDB).

Art. 5º - Objetivos específicos de cada nível de ensino e modalidade ofertada (consultar artigos 23 a 37 da LDB).

Título II

Da Organização Administrativo-Pedagógica e do Funcionamento

Este título constituir-se-á de dois capítulos: um informará sobre a estrutura organizacional da escola; e outro disciplinará sobre o funcionamento dos serviços que funcionam na escola, indicando responsabilidades e atribuições que poderá ser desdobrado em seções, a depender da estrutura da escola.

Capítulo I

Da Estrutura Organizacional

Art. 6º - Estrutura organizacional da escola (indicar os órgãos existentes na estrutura da escola).

- a) Direção.
- b) Congregação de Professores
- c) Corpo Docente
- d) Corpo Discente
- e) Apoio Pedagógico
 - Orientação Educacional
 - Supervisão Escolar ou Coordenação Pedagógica;
 - Coordenação Pedagógica
 - Assistência Psicopedagógica ou Psicológica
- f) Apoio Administrativo
- g) Secretaria Escolar
 - Arquivos
- h) Biblioteca ou sala de leitura e/ou sala de multimeios
- i) Laboratórios
- j) Tesouraria (escola particular)
- k) Serviços Gerais – limpeza, vigilância e portaria
- l) Cantina/merenda escolar
- m) Organismos Colegiados
 - Conselho Escolar
 - Conselho de Classe
 - Grêmio Escolar
 - Clubes Escolares
 - Associação dos Servidores
 - Associação de Pais
- n) outros

Fique atento!

Cabe ao mantenedor decidir sobre a composição da direção da escola, podendo, a seu critério, constituir-se por um diretor geral e um vice-diretor; ou um diretor geral e um ou mais diretores adjuntos (podendo ser um para cada turno); ou uma organização colegiada, como é o caso do Núcleo Gestor, adotado na rede de ensino estadual; ou ainda outros formatos. Deve ser exercida por profissional habilitado na forma da lei, com experiência de sala de aula, competente e que demonstre ter compromisso com o sucesso dos alunos e responsabilidade social.

Capítulo II Do Funcionamento

Redigir em seções e artigos informando os serviços que funcionam na instituição de ensino (conjunto de órgãos que integram sua estrutura para funcionamento), assim como as competências e atribuições em incisos ou alíneas.

Vale a pena lembrar!

O Regimento deverá expressar como se darão as relações de poder dentro da escola, se serão autoritárias ou democráticas.

O artigo 14 da LDB determina que “os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica” ou seja, por força de lei a gestão da escola pública será democrática, aberta à participação de todos que fazem a comunidade escolar.

Seção I Da Direção

A gestão da escola estará **a serviço da qualidade do processo educativo** que ali se realiza. Uma gestão democrática, efetivamente participativa, por certo, favorece **a construção do diálogo** nas mais diferentes situações que sejam vivenciadas, notadamente naquelas que envolvem dificuldades e conflitos. É fundamental compreender que todos os momentos e práticas escolares são espaços de disseminação de saberes e fazeres, constituindo a gestão escolar um espaço privilegiado de formação ética e política, no sentido da organização e condução de um projeto que implica escolhas, tomadas de decisão e compromisso com o coletivo.

Pense nisso!

Justiça, respeito mútuo, solidariedade, cooperação, dentre outros, são valores que constroem a convivência democrática. Já dizia Paulo Freire (1995) que “como qualquer sonho, a democracia não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática”.

Art. 7º – Composição da direção e habilitação.

Art. 8º – Competências e atribuições gerais da direção e em incisos ou alíneas de cada um dos membros que compõe a direção.

Seção II Da Congregação de Professores

A Congregação é o órgão máximo de deliberação na estrutura escolar. Sua constituição é obrigatória e a ela cabe, em última instância, a aprovação

do regimento escolar e suas eventuais alterações. Cabe-lhe também aprovar ou desaprovar sanções a serem aplicadas aos membros da comunidade escolar, assim como temas pedagógicos importantes, tais como: calendário escolar especial, classificação, reclassificação, progressão, avanço, aceleração de estudos, entre outros.

A Congregação é presidida pelo Diretor e se constitui de todos os professores e especialistas da instituição escolar.

Art. 9 – Composição da Congregação de Professores e em incisos ou alíneas as competências e atribuições da Congregação.

Art. 10 – Em quais circunstâncias e periodicidade a Congregação reunir-se-á e em parágrafos, a forma de convocação das reuniões.

Seção III Do Corpo Docente

O corpo docente é composto por todos os professores em exercício na instituição, habilitados conforme exigências da lei.

Art. 11 – Constituição do corpo docente.

Art. 12 – Atribuições (deveres) do corpo docente (artigo 13 da LDB).

Art. 13 – Direitos dos professores.

Seção IV Do Corpo Discente

O corpo discente é formado por todos os alunos regularmente matriculados na instituição.

Art. 14 – Constituição do corpo discente.

Art. 15 – Direitos do corpo discente.

Art. 16 – Deveres do corpo discente.

Seção V Da Secretaria Escolar

Em cada escola haverá, obrigatoriamente, um serviço de escrituração escolar. As escolas nucleadas contarão com o serviço na escola pólo. A secretaria é órgão de apoio administrativo à direção, devendo seu titular ter habilitação específica.

Art. 17 – Competências e atribuições da secretaria escolar.

Art. 18 – Períodos e horário de funcionamento.

Seção VI Do Arquivo

Toda instituição escolar terá um arquivo bem instalado, organizado e atualizado, sob a responsabilidade do secretário escolar. Esta seção será dividida em duas subseções específicas: uma para o Arquivo Dinâmico (vivo) e outra para o Arquivo Estático (morto).

Subseção I Do Arquivo Dinâmico

Art. 19 – Acervo e a quem cabe a responsabilidade de organizá-lo, manuseá-lo e atualizá-lo.

Subseção II Do Arquivo Morto

Art. 20 – Acervo e a quem cabe a responsabilidade de organizá-lo, manuseá-lo e atualizá-lo.

Seção VII Da Orientação Educacional

A orientação educacional é um órgão de apoio à ação pedagógica. Trabalha diretamente com os alunos. A tendência atual é que a orientação educacional seja exercida, de forma complementar por orientadores educacionais, psicólogas e psicopedagogos.

Art. 21 – Profissional responsável, competências e atribuições.

Seção VIII Da Supervisão Pedagógica

A supervisão escolar será exercida por profissional habilitado em pedagogia e ou com supervisão escolar. Um dos importantes papéis da supervisão é contribuir com a unidade da ação docente, nas diferentes formas de atuação, buscando a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem. Muitas escolas adotam a coordenação pedagógica ao invés de supervisão

Art. 22 – Profissional responsável, competências do serviço de supervisão escolar e as atribuições do supervisor ou do coordenador pedagógico.

Seção IX Da Assistência Psicopedagógica ou Psicológica

Esse serviço é exercido por profissional habilitado em Psicologia ou Psicopedagogia. Como o orientador educacional, dá apoio ao aluno.

Art. 23 – Profissional responsável, competências do serviço e as atribuições do psicopedagogo.

Seção X Da Biblioteca

A biblioteca é uma importante aliada na construção dos saberes. Não se pode conceber uma instituição de ensino sem um espaço com livros onde se incentive e pratique a atividade de ler. Uma escola feita por alunos e professores que lêem, certamente, é uma escola melhor e as pessoas mais abertas a aprendizagens. Se a escola não pode ter uma biblioteca, que organize sala de leitura ou de multimeios. O fundamental é que mantenha livros à disposição dos alunos.

A atividade exige projeto específico para sua dinamização, além disso, a biblioteca há de ser conduzida por profissional habilitado na forma da lei. Na sala de leitura ou de multimeios, por professor ou auxiliar de biblioteca que tenha alma de educador.

Art. 24 – Competências e atribuições do profissional.

Art. 25 – Organização e em parágrafos seu funcionamento: horário, empréstimo de livros, responsabilidades, renovação de acervo, atividades correlatas como clube de leitura, oficina de texto, contação de histórias, encenação de textos lidos, entre outras.

Seção XI Da Tesouraria (quando entidade privada)

A tesouraria é um órgão específico nas escolas privadas com fins lucrativos. Será exercida por profissional idôneo indicado pelo mantenedor.

Art. 26 – Organização e funcionamento da tesouraria, os períodos de pagamento de mensalidades, assim como de salários dos profissionais.

Seção XII Do Conselho Escolar

Os organismos colegiados são canais de participação democrática e instrumentos de gestão da escola, além de espaço de aprendizagem e reflexão sobre cidadania. Seu funcionamento eficiente pressupõe disposição para aprender a decidir e agir coletivamente. Democracia é algo que se aprende praticando-a, vivenciando-a. Entre os organismos colegiados tem-se a Congregação de Professores, o Conselho escolar, o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e os Clubes Escolares. Nada impede que a comunidade escolar organize outros.

O Conselho Escolar é o órgão responsável, em conjunto com a direção pela gestão da instituição. O Conselho Escolar tem importante papel no acompanhamento das ações administrativas e pedagógicas da escola. Deve participar ativamente da formulação do Projeto Pedagógico, do Regimento Escolar e do Plano de Trabalho Anual, porque é responsável por sua execução e cumprimento. No caso da escola pública acompanhará a execução dos recursos financeiros repassados e sua prestação de contas.

O Conselho Escolar deverá promover uma prática educativa e democrática em função da melhoria da qualidade e do desempenho da instituição. Têm funções: normativa, consultiva, deliberativa e fiscalizadora-avaliativa.

Para ser legítimo, o Conselho será constituído pela direção e por representantes dos diversos segmentos; pais, professores, especialistas, alunos e funcionários. Todos serão eleitos em assembléia geral.

Art. 27 – Composição do Conselho e forma de escolha.

Art. 28 – Competências e em parágrafos a forma de convocação, frequência e períodos de reuniões e atribuições de cada um dos integrantes.

Seção XIII Do Grêmio Estudantil

O Grêmio estudantil funcionará na instituição, como entidade autônoma e representativa dos interesses dos estudantes e terá estatuto próprio. Será exercido por uma diretoria eleita em assembléia geral. A base do grêmio é formada por todos os alunos regularmente matriculados na escola.

Art. 29 – Composição, organização e funcionamento.

Art. 30 – As atribuições de cada um dos integrantes (serão discriminadas conforme o estabelecido no estatuto próprio, aprovado em assembléia geral do corpo discente).

Seção XIV Dos Clubes Escolares

Os clubes escolares podem se constituir uma atividade coordenada pelo grêmio estudantil, ou não. Grupos de alunos e professores também podem organizá-los e dinamizá-los. O importante é que venha contribuir com a melhoria do trabalho educacional e para a convivência harmônica entre as pessoas. Os clubes podem se organizar em torno de disciplinas, áreas do conhecimento ou temas, tais como: Clube de Ciências, Clube do Meio Ambiente, Poesia, Cultura, teatro, leitura, produção de textos e outros.

Art. 31 – Organização, competências e funcionamento.

Seção XIII Associação de Pais

A Associação de Pais tem por finalidade essencial assegurar a defesa e a efetivação dos direitos e deveres que assistem aos pais e encarregados pela educação dos alunos. A organização e o funcionamento da Associação, bem como suas atividades serão estabelecidas em estatuto próprio, aprovado por todos os seus integrantes.

Art. 32 – Constituição, papel, organização, funcionamento e atribuições.

Seção XIV Serviços Gerais

Integram os serviços gerais, os setores de merenda escolar (no caso de escolas públicas), cantina (no caso de escolas privadas) limpeza, portaria, vigilância e outros.

Subseção I Merenda Escolar

Art. 33 – Responsabilidades da escola e da família.

Art. 34 – Como e onde adquirir os gêneros alimentícios.

Art. 35 – Atribuições da merendeira e dos auxiliares.

Subseção II Cantina

Art. 36 – Regras para o funcionamento.

Subseção III Limpeza, portaria e vigilância

Art. 37 – Atribuições dos responsáveis pela limpeza e os turnos de trabalho.

Art. 38 – Atribuições do porteiro e os turnos de trabalho.

Art. 39 – Atribuições do vigilante e os turnos de trabalho.

Título III Do Regime Escolar, Didático e das Normas de Convivência

Capítulo I Do Regime Escolar

Para maiores esclarecimentos na elaboração do texto deste Capítulo, recomenda-se o estudo dos artigos 23 e 24, da Lei 9394/96. Este capítulo disciplinará em seções os seguintes assuntos: organização do ensino, níveis e modalidades ofertadas, calendário escolar, horário de funcionamento, matrícula, transferência, regularização de vida escolar: incluindo em subseções, reclassificação, classificação, progressão – regular ou parcial e continuada, aceleração, avanço, aproveitamento de estudos e complementação curricular.

Seção I Organização do Ensino

A LDB oferece várias alternativas para organização do ensino. Cabe ao mantenedor a decisão.

Art. 40 – Organização de ensino adotada: série/ciclos/etapas ou outras.

Art. 41 – Níveis e modalidades ofertados.

Art. 42 – Regime escolar adotado: se anual ou semestral; a alternância regular de períodos de estudos; grupos não seriados, com base na idade; ou outros.

Seção II

Do Calendário Escolar

O calendário escolar deverá ser organizado, conforme a realidade da instituição. A lei permite o calendário diferenciado, desde que cumpra a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas em duzentos dias letivos, excluído o tempo reservado aos exames finais, estudos de recuperação, férias.

Indicará ainda a duração da hora aula, o total de horas-aula por turno, os dias de planejamento didático, momentos de formação continuada e outros, conforme o trabalho da escola.

Art. 43 – Carga horária anual e total de dias letivos e em parágrafo único a duração da hora aula (conforme nível de ensino e modalidade).

Art. 44 – Turnos de funcionamento, horário de cada turno e total de horas-aula por turno.

Seção III

Matrícula

A matrícula é um compromisso pactuado entre a família e a escola. Constará desta seção as normas gerais que regem a sua realização, tais como: períodos, documentação exigida, idade, quando for o caso.

O CEC recomenda a extinção da prática que rejeita a matrícula do repente, conforme opúsculo Coleção Vida & Educação – Regimento: a cara de cada escola. “Algumas escolas definem como proibida, a matrícula do aluno repente. A escola que adota este princípio está, no fundo, negando sua própria razão de ser. Trata-se de ato discriminatório, censurável por isso” (pág. 44).

Rejeitar a matrícula de aluno repente é preconceito e fere o direito do aluno à escola, além de contribuir para desestimular o aluno a continuar sua formação.

Art. 45 – Período de matrícula.

Art. 46 – Documentação exigida.

Seção IV

Da Transferência

A transferência será feita conforme a Base Nacional Comum, observada a carga horária e os dias letivos previstos em lei.

Art. 47 – Exigências para receber e expedir transferências e em parágrafo único o prazo de entrega.

Art. 48 – Quem pode solicitar e receber a guia de transferência de aluno menor de idade.

Seção V **Da Regularização da Vida Escolar**

A regularização da vida escolar será disciplinada em subseções e artigos que estabelecerão os procedimentos legais a serem adotados pela escola para suprir lacunas, omissões ou irregularidades detectadas na vida escolar do aluno para que o mesmo possa dar continuidade aos seus estudos sem prejuízos.

A LDB traz na sua essência a intenção de dar todas as oportunidades para que o aluno consiga sucesso na escola. Assim, prevê as figuras da reclassificação, da classificação, da progressão – regular/parcial e continuada, da aceleração, do avanço, do aproveitamento de estudos, dos estudos de recuperação e da complementação curricular. Este assunto foi dividido em subseções.

Art. 49 – Indicar os procedimentos pedagógicos que a escola adotará e os devidos registros nos documentos escolares

Subseção I **Da Reclassificação**

A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais e do CEC.

Art. 50 – Normas da reclassificação e em parágrafos os períodos em que será realizada.

Art. 51 – Procedimentos de avaliação e quem realiza.

Subseção II **Da Classificação**

A classificação ocorrerá em qualquer série ou etapa, exceto na primeira do ensino fundamental. A classificação poderá ocorrer nas seguintes situações:

- Por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento a série ou fase anterior, na própria escola.
- Por transferência, para candidatos procedentes de outra escola.
- Independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino. Os procedimentos da Classificação serão disciplinados em artigos.

Art. 52 – Normas da classificação e em parágrafos os períodos em que será realizada.

Subseção III Da Progressão Parcial ou Continuada

A escola poderá, ou não, adotar progressão parcial (antiga dependência), a partir da 5ª série do ensino fundamental. Se assim o decidir, deverá estabelecê-la no Regimento Escolar. Para realizá-la, observará a organização e a seqüência dos conteúdos.

Art. 53 – Critérios da progressão e em parágrafos os períodos de realização e quem aplica.

Subseção IV Aceleração

A escola poderá, ou não, adotar a aceleração de estudos para a correção da distorção idade-série. Se optar por adotar o procedimento deverá estabelecê-lo no Regimento.

Art. 54 – A quem se destina e em parágrafos as faixas de idade por série/ciclo.

Art. 55 – Procedimentos de avaliação.

Subseção V Avanço

O Avanço é mais uma alternativa pedagógica adotada pela LDB para apoiar o aluno na sua aprendizagem. Faculta ao aluno a possibilidade de avançar no curso e na série mediante verificação de aprendizagem.

Art. 56 – Procedimentos avaliativos para a realização do avanço e em parágrafo único períodos de realização e responsabilidade.

Subseção VI Aproveitamento de Estudos

O Aproveitamento de Estudos é mais uma alternativa pensada por educadores para estimular o aluno a prosseguir nos seus estudos. A escola deverá disciplinar no Regimento este procedimento pedagógico. É importante enfatizar que o procedimento não visa facilitar ou aligeirar estudos, mas abrir oportunidade para quem quer continuar. O aproveitamento é feito a partir da análise do Histórico Escolar do aluno, dos conteúdos programáticos e ainda, observando a compatibilidade da carga horária com a(s) disciplina(s) que irá ser dispensado.

Art. 57 - Critérios para o Aproveitamento de Estudos concluídos com êxito e em parágrafo único, a quem cabe o parecer final e os registros a serem efetuados nos documentos escolares.

Subseção VII

Complementação Curricular

A complementação curricular será efetivada quando verificada ausência de componentes curriculares obrigatórios, estabelecidos em legislação própria, de acordo com os cursos oferecidos.

Art. 58 – Normas para efetivação do procedimento.

Capítulo II

Do Regime Didático

O Regime Didático concentra a essência da proposta pedagógica. Trata questões fundamentais como: a organização curricular, os processos de avaliação da aprendizagem e certificação.

Seção I

Da Organização Curricular

Art. 59 – Será organizada por uma Base Nacional Comum e uma parte diversificada do currículo com indicação das respectivas disciplinas.

Seção II

Do Processo de Avaliação

Art. 60 – Processo de avaliação: classificatória ou diagnóstica em parágrafos a forma de registro: se em nota, conceito, ou avaliação diagnóstica.

Art. 61 – Estudos de Recuperação.

Art. 62 – Frequência.

Atenção!

Os Estudos de recuperação são obrigatórios e devem ser realizados, de preferência, paralelos ao período escolar. Cabe à escola oferecê-los para alunos que apresentam baixo rendimento de aprendizagem. O assunto será disciplinado com base na Resolução do CEC que trata do tema.

Subseção III

Dos Certificados e Diplomas

Diplomas e certificados somente podem ser expedidos por instituições credenciadas com cursos reconhecidos.

Art. 63 – Critérios para emissão dos documentos escolares, tais como: históricos escolares, declarações, certificados com as devidas especificações.

Capítulo III

Das Normas de Convivência

As normas de convivência representam o pacto que busca a construção da harmonia na convivência social daqueles que integram a escola. As normas de convivência possibilitam a vivência democrática.

No dizer de Humberto Maturana, “uma democracia é uma obra de arte que se cria cotidianamente. Não é um estado estacionário. É algo que se configura dia a dia no conviver. Fundamenta-se no respeito mútuo”.

Concordando com essa compreensão, defendemos, também, que as práticas escolares precisam estar comprometidas com valores que sustentam uma democracia, como: o respeito, o diálogo, a justiça, a solidariedade, a tolerância, a cooperação. Nessa perspectiva, definir normas de convivência e zelar para que sejam cumpridas representa importante tarefa educativa.

Seção I

Dos Direitos e Deveres dos que fazem a Comunidade Escolar

Art. 64 – Os direitos.

Art. 65 – Os deveres.

Seção II

Das Normas Disciplinares

Art. 66 – As normas disciplinares que orientam as relações entre os membros da comunidade escolar.

Art. 67 – As penalidades que serão aplicadas a cada membro da comunidade escolar.

Título IV

Das Disposições Gerais

Art. 68 – Normas para a divulgação do Regimento junto à comunidade escolar.

Art. 69 – Reformulação do regimento.

Art. 70 – Utilização de recursos públicos (se escola pública).

Art. 71 – Formas de contrato de prestação de serviço (se entidade privada).

Art. 72 – Expedição de 2ª via de documentos.

Art. 73 – Acesso à documentação escolar.

Art. 74 – Valorização dos símbolos da pátria e escolares.

5 Plano de Trabalho Anual Escolar (PTAE)

O PTAE tem como ponto de partida o Projeto Pedagógico, englobando as prioridades definidas pelo colegiado maior da escola (aquele em que todos os segmentos estão representados) ou, no caso de a instituição escolar não ser administrada colegiadamente, as ações priorizadas pela sua Direção Executiva. De um modo ou de outro, esse plano é estratégico para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico. É um desdobramento do que está planejado no PP, especialmente considerando as condições pedagógicas, físicas, orçamentárias e materiais da escola. Como os demais instrumentos de gestão, para ser assumido por todos, deve ser elaborado coletivamente.

Conforme está descrito na Resolução Nº 395/2005, que trata da elaboração dos instrumentos de gestão da escola, o Plano de Trabalho Anual Escolar (PTAE) é um produto do processo de planejamento escolar **para um ano**. Nesse sentido, são selecionados:

- Os objetivos estratégicos a serem buscados.
- As metas que serão cumpridas.
- As ações a serem empreendidas pela escola para que as metas sejam alcançadas.
- Quando as ações serão executadas e os resultados esperados.
- Os responsáveis pela execução das ações.
- Os recursos financeiros que serão utilizados, com valor e fonte de financiamento.

Vejamos, agora, como elaborá-lo.

5.1 O que é a Justificativa

Todo planejamento requer que se tenha clareza do **por que** se está planejando. Assim, em primeiro lugar, busca-se justificar o aludido planejamento.

A justificativa do PTAE, portanto, tem o mesmo significado da Justificativa do Projeto Pedagógico, com a diferença de que, nesse caso do PTAE, expõe somente as razões das prioridades estabelecidas para aquele ano, mencionando os problemas que serão atacados, cujo detalhamento já se encontra no PP.

Assim, recomenda-se que seja um texto pequeno que trate da realidade a ser enfrentada de forma objetiva. A seguir, um exemplo dessa tarefa.

Inicialmente, vale lembrar que é necessário **retornar ao PP e analisar os principais problemas detectados** e abordados na justificativa do PP. Também cumpre não perder de vista que **a prioridade básica da escola é a melhoria do processo de ensino e aprendizagem**, o que, por sua vez, implica melhorar os indicadores de sucesso da ação escolar – índices de aprovação/permanência com sucesso na unidade escolar, **garantindo-se a efetiva realização das aprendizagens**. Nesse sentido, é preciso considerar os fatores que têm interferência direta

nessa prioridade básica e planejar ações exequíveis que, por seu lado, apresentem maior possibilidade de repercussão positiva no tocante aos resultados esperados.

5.2 O que são objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos são os alvos que a escola perseguirá com a operacionalização do PTAE. São objetivos estratégicos no Plano porque, alcançados em curto prazo, integram-se para o alcance dos objetivos educacionais do Projeto Pedagógico da escola.

5.3 O que são as metas

As metas são os resultados esperados, expressos quantitativamente em números absolutos ou percentuais. Têm como referência os objetivos definidos. É fundamental que as metas sejam realistas, portanto exequíveis e terão um prazo de execução. Somente assim poderão ser avaliadas.



Fique de olho!

A cada objetivo estratégico corresponderá uma meta e uma ação ou conjunto de ações.

Elaborando o Plano de Trabalho Anual Escolar

Justificativa	
1. Alguns Dados de Identificação da Escola	
1.1. Nome da Escola:	
1.2. Dependência Administrativa: (marcar com X) () Estadual () Municipal () Particular	
1.3. Endereço:	
2. Ano de Execução do PTA:	
3. Introdução (Pequeno texto introdutório da Justificativa)	
Redigir um pequeno texto introdutório da Justificativa em que sejam informados: dados gerais da realidade escolar na qual se vai intervir; o processo desenvolvido para definição das prioridades estabelecidas para o ano; e o clima predominante na escola com relação ao início e continuidade das atividades letivas programadas, fazendo um "gancho" para a indicação dos problemas, priorizados e razões dessa priorização	
4. Problemas priorizados para intervenção no ano	Razões da priorização
Problemas priorizados para intervenção no ano: Indicar, separadamente, cada um dos problemas que foi priorizado pelos integrantes da escola, através do seu colegiado maior. No caso de a escola não adotar um processo de gestão colegiada, apresentar as opções feitas por sua direção executiva.	Razões da priorização: Mencionar os motivos que orientaram cada opção feita. Esses motivos, geralmente, estão amparados em elementos de natureza financeira, material ou de pessoal, mas é fundamental destacar as expectativas que se tem no campo pedagógico. Razões da priorização: Mencionar os motivos que orientaram cada opção feita. Esses motivos, geralmente, estão amparados em elementos de natureza financeira, material ou de pessoal, mas é fundamental destacar as expectativas que se tem no campo pedagógico.

5.4 O que é a operacionalização do Plano

É a etapa em que ocorre a execução propriamente dita do Plano. Abrange as ações que serão realizadas com os respectivos responsáveis por sua execução, a previsão do período em que essas ações devem ser desenvolvidas, e os recursos financeiros que serão utilizados.

Definição de objetivos e metas

1. Objetivo Estratégico: _____

2. Meta: _____

3. Operacionalização:

Nº de Ord.	Ações	Período de Realização	Resultado esperado	Responsável	Recursos Financeiros	
					Valor	Fonte Financiamento

OBS.: Preencher um quadro para cada objetivo estratégico.

Fique atento!

I. Uma escola com elevados índices de reprovação e que, na análise dessa realidade, conclui que um grande problema a ser enfrentado está nas dificuldades de leitura e escrita dos seus alunos, pode pensar:

- Objetivo estratégico relacionado com a melhoria do desempenho dos alunos em leitura e escrita.
- Meta e ações que envolvam:
 - A intensificação de atividades de leitura e escrita, nas turmas das séries/ciclos iniciais do ensino fundamental.
 - Um amplo programa de capacitação dos professores com foco no ensino e na aprendizagem da leitura e da escrita.
 - O enriquecimento do acervo da biblioteca com livros de literatura infanto-juvenil para apoio da intensificação das atividades de leitura e escrita e da capacitação dos professores.

II. Nesse caso poderia ter como:

- **Objetivo estratégico:** Elevar o desempenho dos alunos das séries/ciclos iniciais do ensino fundamental, no tocante à leitura e à escrita.
- **Meta:** Obtenção de desempenho satisfatório, em leitura e escrita, de 95% dos alunos envolvidos no Projeto “Ler e escrever é show”, desenvolvido pela escola.
- **Ações:** Avaliação do desempenho dos alunos das séries/ciclos iniciais, em leitura e escrita, antes de iniciar o Projeto.

Definição dos padrões de leitura e escrita a serem alcançados pelos alunos, se for o caso, por série/ciclo.

Elaboração e implantação do Projeto, pelo coletivo dos professores das séries/ciclos iniciais do ensino fundamental, envolvendo: atividades sistemáticas e interessantes de leitura e escrita e ações bimestrais de culminância para pais, alunos e professores do segmento envolvido; aquisição de livros para a biblioteca, inclusive com campanha para doações pela comunidade; capacitação dos professores.

Avaliação comparativa (início e final do ano letivo) dos níveis de leitura e escrita alcançados pelos alunos, frente aos padrões definidos e esperados.

Os demais itens devem ser assim preenchidos:

- **Período de realização:** Informar início e término de cada ação. Ex: Março a Dezembro.
- **Resultado esperado:** Indicar o resultado que se espera, em termos quantitativos. Ex: 25 professores capacitados; 200 livros adquiridos.
- **Responsável:** Informar o nome da pessoa que será responsável pela execução de cada ação, indicando sua função na escola. Ex: Maria Lúcia da Silva – professora; Antônio de Jesus – Diretor; Terezinha Oliveira – Coordenadora Pedagógica; Antônia do Nascimento –Presidente do Conselho Escolar (mãe de aluno).

**Fique de olho!**

Quando se tratar de escola pública há de cuidar da programação financeira dos recursos alocados pelo mantenedor ou pelo MEC. Recursos Financeiros: Calcular e informar o custo de cada ação com a respectiva fonte de financiamento. Ex: R\$ 5.000,00; Fonte Financiadora: FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação); FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério); Recursos orçamentários.

5.5 Estratégias de Acompanhamento e Controle do PTAE

Em todo processo de planejamento é fundamental pensar mecanismos de acompanhamento e controle das ações planejadas. Assim, também o PTAE requer avaliação sistemática para que se possa garantir maiores possibilidades de eficiência da sua execução.

Nesse sentido, o acompanhamento e controle das ações do PTAE devem avaliar: se os objetivos estratégicos e as respectivas metas traçadas foram alcançados e se as ações foram realizadas conforme planejado.

Tanto quanto a elaboração do PTAE, o acompanhamento e o controle de suas ações devem envolver os representantes dos diferentes segmentos da escola.

Nessa perspectiva, é importante planejar procedimentos sistemáticos para esse acompanhamento. Reuniões periódicas para este fim devem ser realizadas. Avaliar o cumprimento das metas somente ao final do ano implicará em não ter como reformulá-las, o que prejudicará a execução do PTAE.

Acompanhamento e Controle do PTA					
1.1. Aspectos a serem acompanhados		1.2. Resultados percentuais			
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Meta 1:					
Meta 2:					
Meta 3:					
Ação 1:					
Ação 2:					
1.1. Aspectos a serem acompanhados		1.2. Resultados percentuais			
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Ação 3:					
Ação 4:					
Ação 5:					
1.3. Objetivos		1.4. Avaliação conclusiva			
Objetivo estratégico 1:					
Objetivo estratégico 2:					
Objetivo estratégico 3:					
1.5. Dificuldades Enfrentadas					
Trimestre	1.5.1. Problemas ocorridos		1.5.2. Providências adotadas		
1º					
2º					
3º					
4º					

**Lembre-se!**

O planejamento para ser eficaz, será flexível. Se houver necessidade deve ser reformulado no processo a partir de avaliação de sua execução.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maria Vasques de. **Progestão: como desenvolver a gestão dos servidores da escola?** Módulo VIII. Brasília, CONSED, 2001.
- ANPAE-CEARÁ. **Anais do XIV Encontro Estadual de Política e Administração da Educação: Caminhos e Descaminhos da Educação e da Escola Pública Brasileira.** Fortaleza, Banco do Nordeste, 2003.
- ANTUNES, Ângela. **Aceita um Conselho? Como organizar o Colegiado Escolar.** S. Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.
- ANTUNES, Celso. **Viagens ao redor de uma SALA DE AULA.** Fortaleza, CE, IMEPH/Livro Técnico, 2003.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.
- AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Gestão e democracia participativa na escola. Curso de especialização em gestão escolar.** Florianópolis, UDESC:FAED:CEAD, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996). Brasília, DF, 1996.
- _____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais,** Brasília, MEC/SEF, 1997.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). **Reinventar a Escola.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.
- CARMO, Lindalva Pereira. **A Escola que queremos: uma construção coletiva.** Curso Técnico em Secretariado Escolar (Módulo 1). Fortaleza, SEDUC/CETREDE, 2003.
- CARVALHO, Maria Celeste da Silva. **Progestão: como construir os princípios de convivência democrática na escola?** Módulo V. Brasília, CONSED, 2001.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre, Mediação, 2000.
- CEARÁ. **Escola Viva: Referenciais Curriculares Básicos para o Ensino Fundamental.** Fortaleza, SEDUC, 1998 (mimeo.)
- CEARÁ. **Regimento: a cara de cada escola** (Roteiro para elaboração). Fortaleza, IOCE, 1996.
- CHAGAS, Maria Lady Leal. **O Regimento Escolar: discutindo sua formulação.** Curso de Secretariado Escolar (Módulo 4). Fortaleza, SEDUC/CETREDE, 2003.
- COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Escola Básica na Virada do Século: cultura, política e currículo.** S. Paulo, Cortez, 1996.
- FERREIRA NETO, Augusto. **Projeto Pedagógico da Escola.** In: Revista AMAE. Belo Horizonte, 1996.
- FILHO, José Parente. **Planejamento Estratégico na Educação.** Brasília, Plano, 2001.
- _____. **Pedagogia do êxito.** In: Revista Gestão em Rede, Brasília, n. 18, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã.** S. Paulo, Cortez, 1993.
- _____. **Projeto Pedagógico da Escola Cidadã.** In: Construindo a Escola Cidadã: Projeto Pedagógico. Brasília, MEC, 1998 (Série Estudos - Educação a Distância).
- GANDIN, Danilo. **Planejamento como Prática Educativa.** S. Paulo, Loyola, 1986.

HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

KRUG, Andréa. **Ciclos de Formação: uma proposta transformadora**. Porto Alegre, Mediação, 2001.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. S. Paulo, Cortez, 2002.

LÜCK, H. **A aplicação do planejamento estratégico na escola**. In: Gestão em Rede, Brasília, n. 19, p. 8 – 13, 2000.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende e AGUIAR, Rui. **Progestão: como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola?** Módulo VII. Brasília, CONSED, 2001.

MELLO, Guiomar Namó de. **Escolas Eficazes**. In: Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo, Cortez, 1995.

MOREIRA, Ana Maria de Albuquerque. **Progestão: como gerenciar os recursos financeiros?** Módulo VI. Brasília, CONSED, 2001.

OYAFUSO, Akiko & MAIA, Eny. **Plano Escolar: um caminho para a autonomia**. São Paulo, Coopesrativa Técnico-Educacional, 1998.

POSTIC, Marcel. **Para uma Estratégia Pedagógica do Sucesso Escolar**. Porto, 1995.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e Mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Porto Alegre, Artmed, 2002.

ROCHA, Maria Constança Dutra (Org.). **Tempo Escolar: Hora de refletir, planejar e construir a Escola Sagarana**. Coleção Lições de Minas, V. III. Belo Horizonte, Edição Assessoria de Comunicação Social, 1999.

ROSSA, Leandro. **Projeto Político-Pedagógico: uma construção coletiva, inclusiva e solidária**. In: Revista da AEC, nº 111 – E agora 2000? Brasília, AEC, abril/junho, 1999.

SANTIAGO, Anna Rosa F. **Projeto Político-Pedagógico: um novo olhar**. Ijuí, Unijui, 1995 (Cadernos UNIJUI).

SILVA, Ana Célia Bahia. **Projeto Pedagógico: instrumento de gestão e mudança**. Belém, UNAMA, 2000.

SNYDERS, Georges. **Alunos Felizes: Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários**. S. Paulo, Paz e Terra, 1993.

SOARES, Cláudia Caldeira. **Reinventando a Escola: os ciclos de formação na Escola Plural**. S. Paulo, Annablume, 2002.

SOBRINHO, J. A. & XAVIER, A. C. R. **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Plano de Ensino-aprendizagem e Projeto Educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização**. S. Paulo, Libertad (Cadernos Pedagógicos do Libertad, V.1), 1995.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, S. Paulo, Papirus, 1995.

____ e CARDOSO, Maria Helena F. (Orgs.). **Escola Fundamental: Currículo e Ensino**. Campinas, SP, Papirus, 1995.

____ e RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP, Papirus Editora, 1998.

Ficha Técnica

Este trabalho foi elaborado pela Conselheira Lindalva Pereira Carmo

Contribuíram com sua elaboração

Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira

Guaraciara Barros Leal

Meirecele Calíope Leitinho

Tália Fausta Fontenele Moraes Pinheiro

Marta Cordeiro Fernandes Vieira

Raimunda Aurila Maia Freire

ANEXO
Resolução N° 395/2005



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ
RESOLUÇÃO Nº 395/2005

Estabelece diretrizes para a elaboração de instrumentos de gestão das instituições de educação básica integrantes do Sistema de Ensino do Estado do Ceará.

O Conselho de Educação do Ceará (CEC), no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Nº 9.394/96, e tendo em vista compatibilizar, simplificar e tornar mais efetivos os instrumentos da gestão na escola,

RESOLVE

Art. 1º – A instituição de ensino, para favorecer a unidade de sua ação e articular o esforço de toda a comunidade escolar na organização e no desenvolvimento da sua ação pedagógica, deverá elaborar instrumentos para gestão planejados coletivamente, observadas as normas deste Conselho.

Parágrafo único – Integram a comunidade escolar os alunos, pessoal docente, especialistas, servidores e famílias.

Art. 2º – Esta Resolução trata da elaboração do Projeto Pedagógico, do Regimento Escolar e do Plano de Trabalho Escolar Anual, como instrumentos da gestão escolar.

Art. 3º – O Projeto Pedagógico é um instrumento da gestão que expressa a proposta educativa da escola, define o rumo, a intenção e os processos que a instituição de ensino utilizará para cumprir as metas e objetivos estabelecidos, e por se constituir, na sua essência, um processo educativo, estará em permanente avaliação e reelaboração.

§ 1º – O Projeto Pedagógico tem como foco básico o processo de ensino e aprendizagem e a formação da cidadania, devendo, portanto, alicerçar-se numa concepção de currículo que considere suas implicações sociais.

§ 2º – O Projeto Pedagógico traduz de forma clara:

- I. proposta curricular que evidencie o conjunto de concepções pedagógicas adotadas pela escola e que contribuirão para a transformação da sociedade e para o tipo de ser humano que a escola pretende formar;
- II. a organização da ação pedagógica, considerando o conjunto de todas as atividades educativas desenvolvidas no cotidiano escolar, composto de:

- a) prática da sala de aula, que conduzirá a relação professor e aluno na formulação diária da aprendizagem, a partir de processos permanentes de avaliação;
- b) proposta curricular, que levará em conta as diretrizes nacionais: base nacional comum e parte diversificada, as diretrizes estaduais e municipais e, ainda, os objetivos da escola; e
- c) gestão escolar, que definirá as formas de participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, as responsabilidades individuais e coletivas na condução do processo educativo, assim como as relações interpessoais, internas e externas.

§ 3º – Por sua natureza, o Projeto Pedagógico tem duração de longo prazo, podendo ser reformulado e ajustado a partir de avaliação periódica dos resultados educacionais, quando houver alteração na legislação de ensino, ou, ainda, quando a escola alterar seus referenciais teórico-pedagógicos.

Art. 4º – Na elaboração do Projeto Pedagógico devem ser considerados os seguintes princípios:

- I. a qualidade do ensino – definirá estratégias para atingir resultados satisfatórios no processo ensino e aprendizagem;
- II. o compromisso com a formação humana e cidadã – trabalhará valores morais e éticos: solidariedade, justiça, honestidade, respeito, não preconceito, o que deverá repercutir na conduta e nas atitudes dos alunos em relação aos colegas, professores, servidores, familiares e, ainda, em relação ao patrimônio da escola e ao meio ambiente;
- III. a gestão democrática e participativa - entendida como gestão compartilhada com os fins da educação e articuladora da participação responsável de diretores, pais, professores e alunos no processo educacional, definindo formas de participação da comunidade escolar e dos segmentos colegiados na tomada de decisões e definição das prioridades educacionais;
- IV. a contextualização da ação educativa – trabalhará os conteúdos curriculares de forma integrada, relacionando-os à realidade sócio cultural e aos interesses e expectativas do aluno;
- V. a valorização da experiência extra-escolar - levará em conta o amadurecimento do aluno a partir das experiências vivenciadas por ele em ambientes extra-escolares, podendo inclusive aproveitá-las para fins de prosseguimento de estudos;
- VI. a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais – integrará a ação educativa à vida do aluno, dando sentido à ação pedagógica desenvolvida pela escola na perspectiva de uma vida com maiores oportunidades de participação social, convivência humana, trabalho e satisfação pessoal;

- VII. a integração escola e comunidade – estabelecerá mecanismos e ações que aproximem a escola da comunidade e vice-versa;
- VIII. o respeito às diferenças – a ação pedagógica deverá estar voltada para inibir comportamentos preconceituosos, reforçando a compreensão de que ser diferente não é ser desigual, o que leva ao respeito à diversidade e à inclusão social;
- IX. a valorização dos profissionais da escola e dos outros servidores – trabalhará a auto-estima de professores, especialistas e demais servidores, indicando as ações para a formação continuada e os espaços de participação dos segmentos organizados da escola nas tomadas de decisões.

Art. 5º – Integram a estrutura do Projeto Pedagógico:

- I. Justificativa – constará de breve diagnóstico da situação educacional da escola. Indicará as razões que justificam as ações propostas e analisará a realidade da escola e da comunidade onde se localiza, considerando as dificuldades e potencialidades;
- II. Referencial teórico - explicitará as concepções pedagógicas que nortearão a ação educativa da escola, indicando o rumo da ação educativa, que tipo de sociedade pretende ajudar a estabelecer e o perfil de ser humano que pretende formar;
- III. Proposta Curricular da escola, essência do Projeto Pedagógico, que incluirá.
 - a) os fins buscados pela escola para o desenvolvimento pleno do educando, no preparo consciente para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho;
 - b) pressupostos teórico-metodológicos, atentando-se para a organização curricular em que se busque diminuir o isolamento das diferentes disciplinas, agrupando-as em um todo mais amplo, como é o caso, das *áreas do conhecimento*;
 - c) objetivos educacionais da escola ou objetivos gerais – definindo o que a escola pretende alcançar com o desenvolvimento da ação pedagógica em termos de permanência, sucesso escolar e formação cidadã;
 - d) objetivos específicos – estabelecer os resultados de aprendizagem que se pretende conseguir em cada área do conhecimento ou disciplina, conforme opção adotada pela escola;
 - e) metas a serem alcançadas por períodos, relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem e as estratégias para cumprí-las;
 - f) sistema de avaliação da aprendizagem – indicando o processo a ser desenvolvido, conforme concepção pedagógica adotada;
 - g) organização do ensino – indicar se a escolarização se fará em ciclo, em série e em total de anos, etapa ou formas outras e, ainda, as modalidades que ofertará, tais como: Educação Infantil, Educação de jovens e Adultos, Educação Especial, entre outras;

- h) especificação de momentos de estudo, planejamento e avaliação para os professores e os demais profissionais da escola;
- i) rodízio de profissionais para acompanhamento do recreio; e
- j) estratégias e cronograma de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico.

Art. 6º – O Regimento Escolar é o documento legal que define a natureza da escola, sua estrutura organizacional e as normas que regulam seu funcionamento, e terá, como anexos, o currículo adotado e a ata de sua aprovação pela Congregação de Professores.

Parágrafo único – O Regimento inclui o Código de Ética da escola.

Art. 7º – O Regimento Escolar tem como principais objetivos:

- I. contribuir para o sucesso do processo educativo, desenvolvendo a compreensão de que todos são responsáveis pelos resultados da aprendizagem;
- II. estabelecer normas para o funcionamento da escola e para a convivência harmônica entre as pessoas, estimulando o desejo de participação e a co-responsabilidade, sustentada na decisão coletiva; e
- III. disciplinar as atribuições dos profissionais que atuam na escola e dos organismos colegiados.

Art. 8º – Constam da estrutura do Regimento Escolar os seguintes títulos:

- I. **Da Identificação da Escola e Finalidades** – este título incluirá as seções com os seguintes temas:
 - a) nome da mantenedora, indicando a dependência administrativa, endereço e CEP;
 - b) nome da instituição de ensino, CNPJ, endereço, CEP, telefone, fax-símile e endereço eletrônico;
 - c) ato de criação; contrato social; estatuto; outros; e
 - d) número do censo escolar.
- II. **Da Organização Administrativo-Pedagógica** – este título informará os serviços que funcionam na escola, indicando responsabilidades e atribuições, desdobrado em seções, tais como:
 - a) Direção/Núcleo gestor;
 - b) Congregação de professores;
 - c) Corpo docente;
 - d) Corpo discente;
 - e) Apoio pedagógico.
 - Orientação educacional;
 - Supervisão escolar ou coordenação pedagógica;
 - Assistência psico-pedagógica ou psicológica;

- f) Apoio administrativo;
- g) Secretaria escolar
 - arquivos;
- h) Biblioteca ou sala de leitura e/ou sala de multimeios;
- i) Laboratórios;
- j) Tesouraria;
- k) Serviços gerais – limpeza, vigilância e portaria;
- l) Cantina/merenda escolar;
- m) Organismos colegiados
 - Conselho Escolar;
 - Conselho de Classe;
 - Grêmios escolares;
 - Clubes escolares;
 - Associação dos Servidores; e
 - Associação de Pais.

III. **Do Regime Escolar, Do Regime Didático e Das Normas de Convivência** – este título conterá três capítulos.

- a) **Regime Escolar** – este Capítulo tratará dos temas a seguir, organizados em seções:
 1. Organização – definir a organização do ensino que adota – se em séries com o total de anos, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos ou grupos não seriados, com base na idade ou critérios outros de organização;
 2. Níveis – indicar os níveis de ensino que ministrará e suas finalidades – se Educação Infantil, Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio;
 3. Modalidades – expressar as modalidades de ensino e suas finalidades – se Educação de Jovens e Adultos – presencial ou a distância, Educação Especial, Educação Profissional, Educação no Campo, e Educação Indígena;
 4. Calendário Escolar – organizar o calendário escolar, definindo o regime anual ou semestral, explicitando o mínimo dos dias e horas destinados ao trabalho escolar efetivo, a duração da hora-aula, o total de horas-aula por turno, o planejamento didático, as férias escolares, os momentos de formação continuada e outras;
 5. Matrícula – informar qual a documentação exigida;
 6. Transferência – expressar critérios para aceitação e expedição de transferências;
 7. Regularização da Vida Escolar – indicar os procedimentos que adotará.
 - Reclassificação;
 - Classificação;

- Progressão parcial e/ou continuada - opcional;
- Aceleração de estudos;
- Avanço nas séries e nos cursos;
- Aproveitamento de estudos; e
- Complementação curricular.

b) Do Regime Didático – este Capítulo retratará a essência do projeto pedagógico da escola, já definido, com os temas a seguir organizados em seções:

1. Organização curricular – indicar a base nacional comum e a parte diversificada, assim como a carga horária de cada área de conhecimento ou disciplina; e
2. Processo de avaliação de aprendizagem detalhando os critérios de:
 - Verificação do rendimento escolar;
 - Frequência;
 - Recuperação; e
 - Promoção;
3. Certificados e Diplomas – informar os critérios e normas para a emissão e registro de certificados e diplomas.

c) **Das Normas de Convivência** – este Capítulo estabelecerá diretrizes e orientações formuladas pela escola quanto às normas de conduta, às medidas disciplinares a serem aplicadas e aos direitos e deveres da comunidade escolar.

Parágrafo único – As medidas disciplinares e penalidades a serem aplicadas ao aluno deverão ter caráter educativo, incluindo conversas com os responsáveis e os serviços de orientação psicológica da escola; os casos mais graves deverão ser procedidos por estudos de caso, discussão em reuniões e voto da maioria da Congregação dos Professores, sendo vedada, portanto, qualquer medida arbitrária da Direção.

IV. Das Disposições Gerais e Transitórias – este título tratará das normas que abrangem a divulgação do Regimento; periodicidade de sua reformulação; utilização dos recursos públicos; formas de contrato de prestação dos serviços educacionais, quando se tratar de escolas privadas; expedição de 2ª via de documentos escolares, sendo a 1ª gratuita; acesso à informação e documentação escolar pelo aluno e sua família; procedimentos para a divulgação dos direitos humanos e valorização dos símbolos da Pátria e da escola.

Art. 9º - No ato da matrícula, a escola obrigatoriamente porá à disposição da família cópia impressa do Regimento Escolar.

Parágrafo único – A escola colocará, em local adequado e à disposição dos alunos, cópia do Regimento Escolar.

Art 10 – O Plano de Trabalho Escolar Anual é um instrumento de planejamento que tem por objetivo operacionalizar o Projeto Pedagógico e, para tanto, estabelecerá, para cada ano, as metas e os objetivos a serem implementados pela escola.

Parágrafo único – O Plano de Trabalho Escolar Anual conterá, além do quadro de metas, as estratégias de ação, a definição de responsabilidades, os mecanismos de acompanhamento e avaliação da execução do Projeto Pedagógico, o cronograma de ação, a estimativa de custos e as fontes de financiamento.

Art. 11 – Para complementar as presentes diretrizes, o CEC dispõe de Manual de Orientações para elaborar os instrumentos da gestão escolar nas Instituições de Educação Básica, no sítio www.cec.ce.gov.br.

Art. 12 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho de Educação do Ceará, em Fortaleza, aos 16 de março de 2005.

Comissão Relatora:

GUARACIARA BARROS LEAL – Presidente do CEC
ADA PIMENTEL GOMES FERNANDES VIEIRA
LINDALVA PEREIRA CARMO
MARTA CORDEIRO FERNANDES VIEIRA

Demais Conselheiros:

JORGELITO CALS DE OLIVEIRA – Vice-Presidente
JOSÉ REINALDO TEIXEIRA – Presidente da CEB
MEIRECELE CALÍOPE LEITINHO – Presidente da CESP
ANTÔNIO COLAÇO MARTINS
EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES
EDGAR LINHARES LIMA
FRANCISCO DE ASSIS MENDES GOES
FRANCISCO OLAVO SILVA COLARES
JOSÉ CARLOS PARENTE DE OLIVEIRA
LUIZA DE TEODORO VIEIRA
MANOEL LEMOS DE AMORIM
REGINA MARIA HOLANDA AMORIM
ROBERTO SÉRGIO FARIAS DE SOUSA
VILIBERTO CAVALCANTE PORTO

Este livro foi composto na fonte Arial, corpo 10, e Palatino, corpo 9; 10; 10,5 ;11,5;13;15.
O miolo foi impresso em papel Off-set 75g/m² e a capa em cartão supremo 250g/m².
Editoração Eletrônica, impressão e acabamento nas Edições Bagaço em 2006

